

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 154

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE OUTUBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 157/99, item 04 da presente Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor José Adilson Brita de Andrade, falecido no último dia 26.10.99, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvir o douto Plenário envio de votos de pesar á família da Senhora Natalina Gonçalves Nogueira falecida no dia 27 de outubro de 1999.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Dona Natalina Gonçalves Nogueira, pessoa muito querida em Agudos do Sul, que deixa saudade a todos os moradores da cidade.

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Grupo de Cavaleiros do CTG “Recordando os Pagos”, de Francisco Beltrão, pelo êxito da 9ª Cavalgada de Integração, realizada de 11 a 16 de outubro, no trecho de Cascavel a Francisco Beltrão.

Requer ainda, que o diploma correspondente seja encaminhado ao Sr. Alberi Agnoletto, Coordenador da Cavalgada à Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, 521, em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas “Recordando os Pagos”, de Francisco Beltrão, promoveu, neste mês de outubro, a 9ª Cavalgada de Integração, da qual participaram cerca de 60 cavaleiros de vários municípios, a exemplo de Francisco Beltrão, Marmeleiro, Itapejara d’Oeste, São Jorge d’Oeste, Enéas Marques, Realeza, Cascavel, Planalto e Capanema.

A Cavalgada de Integração, tem por objetivo manter vivas as tradições da colonização do oeste e sudoeste,

conservando aceso o espírito de companheirismo entre os municípios.

O movimento tradicionalista revestiu-se de pleno êxito, partindo de Cascavel, percorrendo as Cidades de Catanduvas, Quedas do Iguaçu, Dois Vizinhos, Verê e chegando a Francisco Beltrão, onde eram recebidos em fazendas, nas quais comiam e bebiam nos moldes dos costumes gaúchos.

Este grupo já realizou cavalgadas para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estando programada a próxima para o Estado do Mato Grosso.

Entendemos justa e merecida a homenagem ora prestada à coordenação deste movimento que visa preservar as tradições nacionais.

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Acadêmico Hugo Simas (UFPR - Praça Santos Andrade, 50 - Curitiba), pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Acadêmico Hugo Simas está empossando nesta data a sua nova diretoria, que está assim composta:

Conselho Administrativo

Presidente	Antonio Caetano de Paula Jr.
vice-Presidente	Pablo Luiz Zanotti
Secretário-Geral	Ivan Furmann
1ª Secretária	Letícia Vianna Santos
Tesoureiro	Giovanna de Sá Rechia
2º Tesoureiro	Regis Tocach
Com. e Imprensa	Ricardo Tadao Ynoue
Pesquisa e Extensão	Giovanna Mayer
Qualidade de Ensino	Cristina Trento
Social	Karina Loffy
Cultural	Fernanda Cláudia Roza
Jurídico	Vanessa de Fátima Stebel
Orador	Leonardo Papp

Conselho Deliberativo

Adriano Vieira de Lima, Alexandre Schrank Araújo, Andréia Cristina Bagatin, Daniel Kruger Montoya, Diogo Denczuck, Fábio V. Carvalho Grade, Gustavo de Almeida Flessak, Júlio Rodolfo Kummer,

Maurílio Muller, Marcos Rafael G. Gonçalves, Markian Kalinoski, Michael Richard Reiner, Thiago Lima Breus.

AAAD

Alberto Bruel, Elias Prestes Moreira Karam, Juliano da Silva Cortinhas, Rodrigo Barp.

Pela posse da nova Diretoria, receba o Centro Acadêmico Hugo Simas, através de seu Presidente, votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso do 44º aniversário do Jornal “Diário do Noroeste”, da Cidade de Paranavaí.

O Diário do Noroeste é o mais antigo jornal do Noroeste do Paraná, tendo se destacado como o jornal oficial da maioria dos municípios daquela região, o que o credencia como um dos jornais de maior circulação no Noroeste do Paraná.

Os parabéns são extensivos, não só a seu Diretor, ao Senhor Euclides Borgoni, mas também a todos os funcionários daquele periódico, aos redatores, aos gráficos, aos fotógrafos, ao pessoal da circulação, enfim a todos quantos prestam serviço naquele jornal.

Requer, outrossim, sejam comunicados do feito a Direção daquele jornal e os funcionários do mesmo.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2254

Senhor Presidente.

Os Deputados que presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Diretor Presidente da Renault do Brasil, Sr. Luc Alexandre Menard, o Diretor Geral da Audi/Volkswagen, Sr. Nikolas Feil e o Diretor Geral da Comau do Brasil Ltda., Sr. Luigi Zanotti, solicitando que resolvam as pendências trabalhistas com os empregados da A&C do Brasil Ltda., referente às verbas rescisórias a que fazem jus, face a rescisão do contrato de trabalho que mantiveram com a sub-empiteira A&C do Brasil Ltda.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(aa) HERMES FONSECA

LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica, primeiramente pela responsabilidade decorrente do art. 455, *caput*, da CLT, que estabelece: “Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empre-

iteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro”.

Em segundo lugar, tendo em vista os generosos incentivos fiscais que tais empresas receberam do Governo do Estado para aqui gerarem mais empregos, é inconcebível que venham a lesar os trabalhadores em seus haveres.

Desta forma, solicitamos que as referidas empresas paguem o que devem aos trabalhadores, e que resolvam entre si a pendência das responsabilidades, na forma como dispõe o parágrafo único do art. 455 da CLT.

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor do DER, Paulinho Dalmaz, ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig e ao Governador do Estado do Paraná Jaime Lerner, solicitando esclarecimentos sobre a divulgação de cancelamento do repasse de verba por parte do Governo Estadual, para a construção da vigas da passarela no Km 173 da Av. Souza Naves, em Ponta Grossa. Conforme um acordo firmado entre a Prefeitura Municipal e o DER, a referida passarela seria construída em parceria entre os Governos Municipal e Estadual.

Em caso afirmativo, esclarecer o motivo do cancelamento do referido repasse.

Tal solicitação deve-se ao motivo de que muitos acidentes vêm ocorrendo no local, inclusive com mortes, por falta de segurança.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Jurema Sandrino Cusman, residente à Rua 6 nº 520, Moradias Reno, Solitude II, Bairro Uberaba, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências nesse local. Estamos também encaminhando Ofício LCM/AL/18.170/99 (cópia anexa) para a Prefeitura Municipal de Curitiba solicitando nomeação da citada rua. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 365-3782.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia

Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Pracinha existente na Rua José Luiz Demeterco, esquina com a Rua Paulo Graeser Sobrinho, Bairro São Francisco. A mesma está servindo de ponto de encontro de marginais e deixando os moradores muito apreensivos. Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Everardo Maciel, Mui Digno Secretário da Receita Federal, manifestando em nome do empresariado paranaense, o apoio deste Parlamento ao Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, porém, solicitando, que sejam reconsiderados alguns itens da MP 1923, reeditada no último dia 06/10/99, que são fundamentais para a sobrevivência do empresariado:

a) a retirada da quebra do sítio bancário;

b) alteração do regime de tributação do Imposto de renda pelo lucro presumido;

c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros moratórios na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Sabemos das necessidades do Governo Federal em implementar o REFIS como forma de reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas do país, porém, - cf. pode se ver na justificativa em anexo, - as exigências excessivas são um desestímulo à adesão ao plano.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A classe reconhece a necessidade de um plano para a reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas para envolver todas as empresas brasileiras.

No entanto, expressam a sua grande preocupação quanto ao conteúdo da Medida Provisória 1923, que foi reeditada no último dia 06/10/99.

Entre essas preocupações encontram-se alguns itens que devem ser reconsiderados, não só em favor das empresas, mas em prol do desenvolvimento econômico e social do país, tais como:

a) a retirada da quebra do sítio bancário;

b) alteração do regime de tributação do Imposto de Renda pelo lucro presumido;

c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros de mora na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Segundo a medida provisória, poderão ser parceladas todas as dívidas com o Governo Federal até o dia 31

de agosto último. As dívidas serão consolidadas num contrato e cada empresa pagará mensalmente, no último dia útil de cada mês, um valor que poderá ser inferior a 2% do faturamento da empresa.

Apesar do empresariado apoiar a iniciativa governamental de resolver a questão do passivo fiscal do setor privado, da forma como foi reeditada a Medida Provisória, fica muito difícil para qualquer empresa aderir ao REFIS.

O REFIS obriga o contribuinte a autorizar o acesso irrestrito, pela Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira. O pedido dos empresários é pela supressão dessa obrigação, pois isso coloca as empresas num patamar de banditismo que não corresponde à realidade do setor. Aliás, na maioria dos casos, a inadimplência é fruto da própria recessão econômica do País. A propósito, os bandidos talvez tenham mais privilégios do que o empresário que quer pagar as suas dívidas.

Outra preocupação é a obrigatoriedade de adoção automática do regime de tributação com base no lucro presumido. Muitas empresas inadimplentes junto ao fisco federal vêm operando em situação de prejuízo operacional ou com reduzida margem de lucro líquido, não sendo aceitável que venham a ser obrigadas a uma tributação indevida.

A nossa sugestão é a conversão do valor da multa em obrigação do contribuinte de investir em ativo fixo, no prazo do parcelamento do principal do débito fiscal e a substituição da taxa Selic sobre o principal do débito pela aplicação de juros de, no máximo, 12% ao ano.

Encarecemos, Sr. Secretário, na necessidade, urgente, de uma revisão nos termos da MP, reeditada no último dia 06/10/99.

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo Sr. Aloysio Nunes Ferreira, Mui Digno Secretário Geral da Presidência da República, manifestando em nome do empresariado paranaense, o apoio deste Parlamento ao Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, porém, solicitando, que sejam reconsiderados alguns itens da MP 1923, reeditada no último dia 06/10/99, que são fundamentais para a sobrevivência do empresário:

- a) a retirada da quebra do sigilo bancário;
- b) alteração do regime de tributação do Imposto de renda pelo lucro presumido;
- c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros moratórios na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Sabemos das necessidades do Governo Federal em implementar o REFIS como forma de reestruturação das

dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas do país, porém, - cf. pode se ver na justificativa em anexo, - as exigências excessivas são um desestímulo à adesão ao plano.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A classe reconhece a necessidade de um plano para a reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas para envolver todas as empresas brasileiras.

No entanto, expressam a sua grande preocupação quanto ao conteúdo da Medida Provisória 1923, que foi reeditada no último dia 06/10/99.

Entre essas preocupações encontram-se alguns itens que devem ser reconsiderados, não só em favor das empresas, mas em prol do desenvolvimento econômico e social do país, tais como:

- a) a retirada da quebra do sigilo bancário;
- b) alteração no regime de tributação do Imposto de Renda pelo lucro presumido;
- c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros de mora na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Segundo a medida provisória, poderão ser parceladas todas as dívidas com o Governo Federal até o dia 31 de agosto último. As dívidas serão consolidadas num contrato e cada empresa pagará mensalmente, no último dia útil de cada mês, um valor que poderá ser inferior a 2% do faturamento da empresa.

Apesar do empresariado apoiar a iniciativa governamental de resolver a questão do passivo fiscal do setor privado, da forma como foi reeditada a Medida Provisória, fica muito difícil para qualquer empresa aderir ao REFIS.

O REFIS obriga o contribuinte a autorizar o acesso irrestrito, pela Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira. O pedido dos empresários é pela supressão dessa obrigação, pois isso coloca as empresas num patamar de banditismo que não corresponde à realidade do setor. Aliás, na maioria dos casos, a inadimplência é fruto da própria recessão econômica do País. A propósito, os bandidos talvez tenham mais privilégios do que o empresário que quer pagar as suas dívidas.

Outra preocupação é a obrigatoriedade de adoção automática do regime de tributação com base no lucro presumido. Muitas empresas inadimplentes junto ao fisco federal vêm operando em situação de prejuízo operacional ou com reduzida margem de lucro líquido, não sendo aceitável que venham a ser obrigadas a uma tributação indevida.

A nossa sugestão é a conversão do valor da multa em obrigação do contribuinte de investir em ativo fixo, no prazo do parcelamento do principal do débito fiscal e

a substituição da taxa Selic sobre o principal do débito pela aplicação de juros de, no máximo, 12% ao ano.

Encarecemos, Sr. Secretário, na necessidade, urgente, de uma revisão nos termos da MP, reeditada no último dia 06/10/99.

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo Sr. Pedro Malan, Mui Digno Ministro de Estado da Fazenda, manifestando em nome do empresari-ado paranaense, o apoio deste Parlamento ao Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, porém, solicitando, que sejam reconsiderados alguns itens da MP 1923, reeditada no último dia 06/10/99, que são fundamentais para a sobrevivência do empresariado:

- a) a retirada da quebra do sigilo bancário;
- b) alteração do regime de tributação do Imposto de renda pelo lucro presumido;
- c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros moratórios na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Sabemos das necessidades do Governo Federal em implementar o REFIS como forma de reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empre-sas do país, porém, - cf. pode se ver na justificativa em anexo, - as exigências excessivas são um desestímulo à adesão ao plano.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A classe reconhece a necessidade de um plano para a reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e tra-balhistas para envolver todas as empresas brasileiras.

No entanto, expressam a sua grande preocupação quanto ao conteúdo da Medida Provisória 1923, que foi reeditada no último dia 06/10/99.

Entre essas preocupações encontram-se alguns itens que devem ser reconsiderados, não só em favor das empresas, mas em prol do desenvolvimento econômico e social do país, tais como:

- a) a retirada da quebra do sigilo bancário;
- b) alteração no regime de tributação do Imposto de Renda pelo lucro presumido;
- c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros de mora na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Segundo a medida provisória, poderão ser parcela-das todas as dívidas com o Governo Federal até o dia 31 de agosto último. As dívidas serão consolidadas num contrato e cada empresa pagará mensalmente, no último dia útil de cada mês, um valor que poderá ser inferior a 2% do faturamento da empresa.

Apesar do empresariado apoiar a iniciativa gover-namental de resolver a questão do passivo fiscal do setor privado, da forma como foi reeditada a Medida Pro-visória, fica muito difícil para qualquer empresa aderir ao REFIS.

O REFIS obriga o contribuinte a autorizar o acesso irrestrito, pela Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira. O pedido dos empresários é pela supressão dessa obrigação, pois isso coloca as empresas num patamar de banditismo que não corre-sponde à realidade do setor. Aliás, na maioria dos casos, a inadimplência é fruto da própria recessão econômica do País. A propósito, os bandidos talvez tenham mais priv-ilégios do que o empresário que quer pagar as suas dívi-das.

Outra preocupação é a obrigatoriedade de adoção automática do regime de tributação com base no lucro presumido. Muitas empresas inadimplentes junto ao fisco federal vêm operando em situação de prejuízo operacio-nal ou com reduzida margem de lucro líquido, não sendo aceitável que venham a ser obrigadas a uma tributação indevida.

A nossa sugestão é a conversão do valor da multa em obrigação do contribuinte de investir em ativo fixo, no prazo do parcelamento do principal do débito fiscal e a substituição da taxa Selic sobre o principal do débito pela aplicação de juros de, no máximo, 12% ao ano.

Encarecemos, Sr. Ministro, na necessidade, urgente, de uma revisão nos termos da MP, reeditada no último dia 06/10/99.

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo Sr. Alcides Lopes Tápias, Mui Digno Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Desenvolvi-mento, manifestando em nome do empresariado para-naense, o apoio deste Parlamento ao Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, porém, solicitando, que sejam reconsiderados alguns itens da MP 1923, reeditada no último dia 06/10/99, que são fundamentais para a sobrevivência do empresariado:

- a) a retirada da quebra do sigilo bancário;
- b) alteração do regime de tributação do Imposto de renda pelo lucro presumido;
- c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros moratórios na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Sabemos das necessidades do Governo Federal em implementar o REFIS como forma de reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empre-sas do país, porém, - cf. pode se ver na justificativa em anexo, - as exigências excessivas são um desestímulo à adesão ao plano.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A classe reconhece a necessidade de um plano para a reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas para envolver todas as empresas brasileiras.

No entanto, expressam a sua grande preocupação quanto ao conteúdo da Medida Provisória 1923, que foi reeditada no último dia 06/10/99.

Entre essas preocupações encontram-se alguns itens que devem ser reconsiderados, não só em favor das empresas, mas em prol do desenvolvimento econômico e social do país, tais como:

a) a retirada da quebra do sigilo bancário:

b) alteração no regime de tributação do Imposto de Renda pelo lucro presumido;

c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros de mora na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Segundo a medida provisória, poderão ser parceladas todas as dívidas com o Governo Federal até o dia 31 de agosto último. As dívidas serão consolidadas num contrato e cada empresa pagará mensalmente, no último dia útil de cada mês, um valor que poderá ser inferior a 2% do faturamento da empresa.

Apesar do empresariado apoiar a iniciativa governamental de resolver a questão do passivo fiscal do setor privado, da forma como foi reeditada a Medida Provisória, fica muito difícil para qualquer empresa aderir ao REFIS.

O REFIS obriga o contribuinte a autorizar o acesso irrestrito, pela Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira. O pedido dos empresários é pela supressão dessa obrigação, pois isso coloca as empresas num patamar de banditismo que não corresponde à realidade do setor. Aliás, na maioria dos casos, a inadimplência é fruto da própria recessão econômica do País. A propósito, os bandidos talvez tenham mais privilégios do que o empresário que quer pagar as suas dívidas.

Outra preocupação é a obrigatoriedade de adoção automática do regime de tributação com base no lucro presumido. Muitas empresas inadimplentes junto ao fisco federal vêm operando em situação de prejuízo operacional ou com reduzida margem de lucro líquido, não sendo aceitável que venham a ser obrigadas a uma tributação indevida.

A nossa sugestão é a conversão do valor da multa em obrigação do contribuinte de investir em ativo fixo, no prazo do parcelamento do principal do débito fiscal e a substituição da taxa Selic sobre o principal do débito pela aplicação de juros de, no máximo, 12% ao ano.

Encarecemos, Sr. Ministro, na necessidade, urgente, de uma revisão nos termos da MP, reeditada no último dia 06/10/99.

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo Sr. Fernando Henrique Cardoso, Mui Digno Presidente da República Federativa do Brasil, manifestando em nome do empresariado paranaense, o apoio deste Parlamento ao Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, porém, solicitando, que sejam reconsiderados alguns itens da MP 1923, reeditada no último dia 06/10/99, que são fundamentais para a sobrevivência do empresariado:

a) a retirada da quebra do sigilo bancário:

b) alteração do regime de tributação do Imposto de renda pelo lucro presumido;

c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros moratórios na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Sabemos das necessidades do Governo Federal em implementar o REFIS como forma de reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas do país, porém, - cf. pode se ver na justificativa em anexo, - as exigências excessivas são um desestímulo à adesão ao plano.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A classe reconhece a necessidade de um plano para a reestruturação das dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas para envolver todas as empresas brasileiras.

No entanto, expressam a sua grande preocupação quanto ao conteúdo da Medida Provisória 1923, que foi reeditada no último dia 06/10/99.

Entre essas preocupações encontram-se alguns itens que devem ser reconsiderados, não só em favor das empresas, mas em prol do desenvolvimento econômico e social do país, tais como:

a) a retirada da quebra do sigilo bancário:

b) alteração no regime de tributação do Imposto de Renda pelo lucro presumido;

c) a inclusão na consolidação dos débitos, dos acréscimos legais relativos a multas e a juros de mora na forma estabelecida nas legislações vigentes na época dos fatos geradores.

Segundo a medida provisória, poderão ser parceladas todas as dívidas com o Governo Federal até o dia 31 de agosto último. As dívidas serão consolidadas num contrato e cada empresa pagará mensalmente, no último dia útil de cada mês, um valor que poderá ser inferior a 2% do faturamento da empresa.

Apesar do empresariado apoiar a iniciativa governamental de resolver a questão do passivo fiscal do setor privado, da forma como foi reeditada a Medida Provisória, fica muito difícil para qualquer empresa aderir ao REFIS.

O REFIS obriga o contribuinte a autorizar o acesso irrestrito, pela Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira. O pedido dos empresários é pela supressão dessa obrigação, pois isso coloca as empresas num patamar de banditismo que não corresponde à realidade do setor. Aliás, na maioria dos casos, a inadimplência é fruto da própria recessão econômica do País. A propósito, os bandidos talvez tenham mais privilégios do que o empresário que quer pagar as suas dívidas.

Outra preocupação é a obrigatoriedade de adoção automática do regime de tributação com base no lucro presumido. Muitas empresas inadimplentes junto ao fisco federal vêm operando em situação de prejuízo operacional ou com reduzida margem de lucro líquido, não sendo aceitável que venham a ser obrigadas a uma tributação indevida.

A nossa sugestão é a conversão do valor da multa em obrigação do contribuinte de investir em ativo fixo, no prazo do parcelamento do principal do débito fiscal e a substituição da taxa Selic sobre o principal do débito pela aplicação de juros de, no máximo, 12% ao ano.

Encarecemos, Sr. Presidente, na necessidade, urgente, de uma revisão nos termos da MP, reeditada no último dia 06/10/99.

REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dilceu Sperafico, Mui Digno Deputado Federal, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, solicitando o seu empenho em defesa dos produtores de erva-mate dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo cumprir as Portarias nºs 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, que atendem os interesses dos produtores, indústrias e dos consumidores brasileiros.

Pede, ainda, a interferência do Senhor Deputado para impedir seja concretizada a audiência pública solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes (PPB-RS), para discutir a adição de açúcar na erva-mate para chimarrão.

Considerando-se - (conforme justificativa em anexo) - que a adição do açúcar na erva-mate é um artifício para beneficiar a entrada do produto argentino no Brasil, em concorrência desleal com o produtor brasileiro, encarece a interferência das autoridades do nosso país para se evitar mais esse ataque aos interesses da agricultura nacional.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Em 486 municípios brasileiros dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, milhares de agricultores têm na cultura do mate a base de sustentação de suas propriedades rurais.

Ao tomar conhecimento, através de expediente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Estado do Paraná que um inexpressivo grupo de ervateiros brasileiros querem adicionar açúcar na erva-mate para chimarrão, buscam amparo legal para introduzir medidas que se forem implementadas mudará os rumos das atividades que geram mais de 700 mil postos de trabalho, além do que, poderá levar à uma grave crise econômica o setor produtivo de erva-mate.

Devemos considerar, também, que na Argentina a erva-mate é produto de reflorestamento, daí o seu sabor amargo, e, no Brasil a erva-mate é nativa, resultando daí o seu sabor natural e gostoso.

O objetivo que propõem essa minoria entreguista é o de atenuar com o açúcar de cana o sabor amargo da erva-mate importada da Argentina, que, sem esse artifício, não poderá concorrer em qualidade com a erva-mate brasileira, naturalmente mais saborosa que a produzida no vizinho país.

Essa, Senhor Deputado, é a razão da audiência pública solicitada pelo Deputado Augusto Nardes, que pretende através de uma manobra insidiosa contra a matecultura nacional, alterar a legislação brasileira para permitir a invasão da erva-mate Argentina.

Por essa razão, Senhor Deputado, estamos buscando o seu apoio no sentido de informar ao Congresso Nacional, à sua Assessoria e ao Ministério da Agricultura, que as Portarias nºs 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, atendem aos interesses dos produtores, das indústrias e dos consumidores brasileiros, tornando-se desnecessária a audiência pública no Congresso Nacional, solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes.

Observamos, ainda, que o Brasil consome em torno de 25% da produção mundial de erva-mate, e, não terá nenhum privilégio como produtor e/ou consumidor em ser o pioneiro na adição de sacarose na erva-mate para o chimarrão dos brasileiros.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres Pares do parlamento paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Pratini de Moraes, Mui Digno Ministro de Estado da Agricultura, solicitando o seu empenho em defesa dos produtores de erva-mate dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande

do Sul, fazendo cumprir as Portarias n°s 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, que atendem os interesses dos produtores, indústrias e dos consumidores brasileiros.

Pede, ainda, a interferência do Senhor Ministro, para impedir seja concretizada a audiência pública solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes (PPB-RS), para discutir a adição de açúcar na erva-mate para chimarrão.

Considerando-se - (conforme justificativa em anexo) - que a adição do açúcar na erva-mate é um artifício para beneficiar a entrada do produto argentino no Brasil, em concorrência desleal com o produtor brasileiro, encarece a interferência das autoridades do nosso país para se evitar mais esse ataque aos interesses da agricultura nacional.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Em 486 municípios brasileiros dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, milhares de agricultores têm na cultura do mate a base de sustentação de suas propriedades rurais.

Ao tomar conhecimento, através de expediente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Estado do Paraná que um inexpressivo grupo de ervateiros brasileiros quer adicionar açúcar na erva-mate para chimarrão, busca amparo legal para introduzir medidas que se forem implementadas mudará os rumos das atividades que geram mais de 700 mil postos de trabalho, além do que, poderá levar à uma grave crise econômica o setor produtivo de erva-mate.

Devemos considerar, também, que na Argentina a erva-mate é produto de reflorestamento, daí o seu sabor amargo, e, no Brasil a erva-mate é nativa, resultando daí o seu sabor natural e gostoso.

O objetivo que propõe essa minoria entreguista é o de atenuar com o açúcar de cana o sabor amargo da erva-mate importada da Argentina, que, sem esse artifício, não poderá concorrer em qualidade com a erva-mate brasileira, naturalmente mais saborosa que a produzida no vizinho país.

Essa, Senhor Ministro, é a razão da audiência pública solicitada pelo Deputado Augusto Nardes, que pretende através de uma manobra insidiosa contra a matecultura nacional, alterar a legislação brasileira para permitir a invasão da erva-mate Argentina.

Por essa razão, Senhor Ministro, estamos buscando o seu apoio no sentido de informar ao Congresso Nacional, à sua Assessoria e ao Ministério da Agricultura, que as Portarias n°s 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, atendem aos interesses dos produtores, das indústrias e dos consumidores brasileiros, tornando-se desnecessária a audiência pública no Congresso Nacional, solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes.

Observamos, ainda, que o Brasil consome em torno de 25% da produção mundial de erva-mate, e, não terá nenhum privilégio como produtor e/ou consumidor em ser o pioneiro na adição de sacarose na erva-mate para o chimarrão dos brasileiros.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres Pares do parlamento paranaense.

REQUERIMENTO N° 2271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excentíssimo Senhor Aloysio Nunes Ferreira, Mui Digno Secretário Geral da Presidência da República, solicitando o seu empenho em defesa dos produtores de erva-mate dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo cumprir as Portarias n°s 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, que atendem os interesses dos produtores, indústrias e dos consumidores brasileiros.

Pede, ainda, a interferência do Senhor Ministro, para impedir seja concretizada a audiência pública solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes (PPB-RS), para discutir a adição de açúcar na erva-mate para chimarrão.

Considerando-se - (conforme justificativa em anexo) - que a adição do açúcar na erva-mate é um artifício para beneficiar a entrada do produto argentino no Brasil, em concorrência desleal com o produtor brasileiro, encarece a interferência das autoridades do nosso país para se evitar mais esse ataque aos interesses da agricultura nacional.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Em 486 municípios brasileiros dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, milhares de agricultores têm na cultura do mate a base de sustentação de suas propriedades rurais.

Ao tomar conhecimento, através de expediente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Estado do Paraná que um inexpressivo grupo de ervateiros brasileiros quer adicionar açúcar na erva-mate para chimarrão, busca amparo legal para introduzir medidas que se forem implementadas mudará os rumos das atividades que geram mais de 700 mil postos de trabalho, além do que, poderá levar à uma grave crise econômica o setor produtivo de erva-mate.

Devemos considerar, também, que na Argentina a erva-mate é produto de reflorestamento, daí o seu sabor amargo, e, no Brasil a erva-mate é nativa, resultando daí o seu sabor natural e gostoso.

O objetivo que propõe essa minoria entreguista é o de atenuar com o açúcar de cana o sabor amargo da erva-mate importada da Argentina, que, sem esse artifício, não poderá concorrer em qualidade com a erva-mate

brasileira, naturalmente mais saborosa que a produzida no vizinho país.

Essa, Senhor Secretário, é a razão da audiência pública solicitada pelo Deputado Augusto Nardes, que pretende através de uma manobra insidiosa contra a matecultura nacional, alterar a legislação brasileira para permitir a invasão da erva-mate Argentina.

Por essa razão, Senhor Secretário, estamos buscando o seu apoio no sentido de informar ao Congresso Nacional, à sua Assessoria e ao Ministério da Agricultura, que as Portarias nºs 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, atendem aos interesses dos produtores, das indústrias e dos consumidores brasileiros, tornando-se desnecessária a audiência pública no Congresso Nacional, solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes.

Observamos, ainda, que o Brasil consome em torno de 25% da produção mundial de erva-mate, e, não terá nenhum privilégio como produtor e/ou consumidor em ser o pioneiro na adição de sacarose na erva-mate para o chimarrão dos brasileiros.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres Pares do parlamento paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Serra, Mui Digno Ministro de Estado da Saúde, solicitando o seu empenho em defesa dos produtores de erva-mate dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo cumprir as Portarias nºs 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, que atendem os interesses dos produtores, indústrias e dos consumidores brasileiros.

Pede, ainda, a interferência do Senhor Ministro, para impedir seja concretizada a audiência pública solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes (PPB-RS), para discutir a adição de açúcar na erva-mate para chimarrão.

Considerando-se - (conforme justificativa em anexo) - que a adição do açúcar na erva-mate é um artifício para beneficiar a entrada do produto argentino no Brasil, em concorrência desleal com o produtor brasileiro, encarece a interferência das autoridades do nosso país para se evitar mais esse ataque aos interesses da agricultura nacional.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Em 486 municípios brasileiros dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, milhares de agricultores têm na cultura do mate a base de sustentação de suas propriedades rurais.

Ao tomar conhecimento, através de expediente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Estado do Paraná que um inexpressivo grupo de ervateiros brasileiros quer adicionar açúcar na erva-mate para chimarrão, busca amparo legal para introduzir medidas que se forem implementadas mudará os rumos das atividades que geram mais de 700 mil postos de trabalho, além do que, poderá levar à uma grave crise econômica o setor produtivo de erva-mate.

Devemos considerar, também, que na Argentina a erva-mate é produto de reflorestamento, daí o seu sabor amargo, e, no Brasil a erva-mate é nativa, resultando daí o seu sabor natural e gostoso.

O objetivo que propõe essa minoria entreguista é o de atenuar com o açúcar de cana o sabor amargo da erva-mate importada da Argentina, que, sem esse artifício, não poderá concorrer em qualidade com a erva-mate brasileira, naturalmente mais saborosa que a produzida no vizinho país.

Essa, Senhor Ministro, é a razão da audiência pública solicitada pelo Deputado Augusto Nardes, que pretende através de uma manobra insidiosa contra a matecultura nacional, alterar a legislação brasileira para permitir a invasão da erva-mate Argentina.

Por essa razão, Senhor Ministro, estamos buscando o seu apoio no sentido de informar ao Congresso Nacional, à sua Assessoria e ao Ministério da Agricultura, que as Portarias nºs 233/98; 234/98 e 210/99 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, atendem aos interesses dos produtores, das indústrias e dos consumidores brasileiros, tornando-se desnecessária a audiência pública no Congresso Nacional, solicitada pelo Deputado Federal Augusto Nardes.

Observamos, ainda, que o Brasil consome em torno de 25% da produção mundial de erva-mate, e, não terá nenhum privilégio como produtor e/ou consumidor em ser o pioneiro na adição de sacarose na erva-mate para o chimarrão dos brasileiros.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres Pares do parlamento paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 541/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Cristã Ebenezer - ACEBE, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã Ebenezer - ACEBE, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 17/08/98, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, educacional e cultural, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 16482, no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta Capital, e cadastrada no CNPJ sob o nº 02.830.588/0001-36, estando em pleno funcionamento em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 542/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar Moisés, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lar Moisés foi criada há 16 anos para atender e abrigar crianças órfãs, abandonadas e vítimas de violência, e em 1994 foi oficializada a referida entidade formando a primeira diretoria e criando o estatuto. Com capacidade de atender 18 crianças, já extrapolou, atendendo atualmente aproximadamente 30 crianças de 01 a 18 anos, de ambos os sexos, que são encaminhadas pelo SOS Criança, Juizado de Menores e Conselhos Tutelares.

O Lar Moisés conta com a colaboração de voluntários e simpatizantes pelo trabalho em benefício do menor carente, através de doações, chás, jantares e bazares beneficentes, bem como a doação de roupas, alimentos e material escolar para o atendimento das crianças.

Considerando o trabalho desenvolvido e sua importância para a sociedade dentro dos critérios

do Estatuto da Criança e do Adolescente, e estando toda a documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, que dispõe sobre a matéria. Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna hoje tratar de uma questão e relatar os acontecimentos e as discussões que promovemos hoje pela manhã, mais especificamente na presidência de Comissões de Obras, Transportes e Telecomunicações, relativos às questões das cobranças ilegítimas e indevidas por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná.

Senhores Deputados, a questão principal que foi o tema fundamental onde tivemos a participação de vários Deputados. Nós fizemos um convite ao Presidente do SINDICAN que veio a esta casa explicar e relatar o que tem feito e qual a postura deste sindicato, que não discutindo a sua proposta de trabalho tem sem dúvidas uma grande importância na questão do apoio da organização sindical e no apoio a todos os nossos transportadores autônomos deste Estado, que sem dúvida merecem e precisamos ser organizados e ter no seu sindicato uma organização forte que lhes dê apoio e sustentação. Mas isto não lhes dá o direito de que nós tenhamos o lançamento indevido, ilegítimo de cobrança de taxas abusivas e absurdas por parte de pessoas que, apesar de ter de sua propriedade um veículo de transporte de carga, mas não é necessariamente o indivíduo que transporta o frete, ou que percorre as rodovias deste Estado do Brasil em busca de frete. E não é justo como está sendo cobrado hoje tantos agricultores, muita gente que tem neste equipamento neste veículo de transporte e carga, o seu serviço na agricultura para transporte da sua produção para que ele possa no dia a dia exercer a sua atividade dentro da necessidade do dia a dia.

Ora, Srs. Deputados, não é justo que este sindicato apoiado no artigo 578 da CLT, não é justo que através de apenas o enquadramento pela lei 7290, onde enquadra como transportadores rodoviários autônomos todos os proprietários de veículos da carga deste Estado. Não é apenas pela prerrogativa legal outorgada aos Sindicatos pelo artigo 513, alínea E da CLT, que impõe-se contribuição sindical obrigando sumariamente que todos aqueles, apenas por ter um veículo de sua propriedade, acabem sendo obrigados a ter que pagar altas taxas.

Nós tivemos recentemente, Srs. Deputados, o encaminhamento de ação judicial onde o sindicato está fazendo cobrança desses executivos via-judicial, relacionando grupos de dez em dez e acionando pessoas que

jamais souberam que deviam pagar alguma coisa a esse Sindicato.

Ora, não é justo e acredito que esta Casa, na pessoa de vários Deputados, que também devem ter recebido reclamares dessa gente, que eles tenham que pagar por aquilo que nem sequer sabiam que existia. principalmente uma cobrança que infringe o Artigo 8º, Inciso 5º, da Constituição Federal, que diz: “Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a algum sindicato”. Esse artigo, sem dúvida, derruba qualquer pretensão de impor, de qualquer sindicato, a cobrança dessa contribuição sindical.

Defendemos a tese, Srs. Deputados, que os sindicatos devam se fortalecer, sim, mas através de uma campanha de conscientização e união, para que tenhamos, acima de tudo, a participação efetiva dos seus integrantes, não somente na contribuição financeira, mas principalmente nas decisões importantes, para que tenhamos categorias fortes e bem organizadas.

Não basta qualquer sindicato passar a utilizar, baseado em lei da CLT, discutível no aspecto de relação de trabalho, para esse tipo de atividade, já que não existe carteira assinada. Não é possível que um sindicato apenas encaminhe uma cobrança sumária, compulsória, para que tenhamos a obrigação de pagar, sem saber exatamente qual é o retorno desse dinheiro investido. Não podemos de forma nenhuma começar a estimular a indústria, que muitas vezes está muito mais preocupada em angariar recursos.

Para concluir e dar apartes aos Deputados que querem participar, gostaríamos de citar, que tivemos essa reunião e acredito que no final, conseguimos conquistar ainda por parte do Sr. Presidente do sindicato de transportadores autônomos o Sr. Dilmar, pelo menos no final assumiu o compromisso com os Deputados e reclamantes e que não encaminharia nenhuma outra ação até que definisse critério para retirar essas cobranças com os agricultores e aqueles que não fazem parte ou o que não são de fato transportadores nesse Estado.

Concedo um aparte inicialmente ao Deputado Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama

Primeiramente quero saudar o depoimento de Vossa Excelência e informá-lo que me somo ao vosso discurso, ao vosso pronunciamento, reconhecendo a importância do assunto e também na preocupação como estão se encaminhando as questões concernentes ao sindicato dos transportadores autônomos de bens.

É de fato um assunto que requer da parte dos parlamentares uma atenção especial, para que não venhamos nos tornar reféns, exatamente da indústria dos sindicatos. Quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que estou de inteiro e integral apoio ao seu pronunciamento. Estou acompanhando de perto, juntamente com outros parlamentares a questão. É preciso levar com muito cuidado a condução desse assunto, para que as classes mais

dependentes, principalmente, os transportadores autônomos, não venham a sofrer mais uma taxaço sobre uma classe que precisa do apoio, mas não dessa forma.

É evidente que precisamos analisar com muito critério o que o sindicato terá a oferecer e nessa relação de parceria perceber o que vai ser interessante para aqueles que vão passar a contribuir. Não sou contra a contribuição aos sindicatos, mas a maneira como o sindicato colocou a exigência da cobrança, sem trazer e nem prestar nenhum esclarecimento, me deixou um tanto preocupado. Acredito que essa discussão deve ser ampla, bastante detalhada, para que, mais uma vez, a nossa população e os mais desprovidos não venham sofrer mais a consequência de uma situação que já é difícil para eles.

Ainda gostaria de dizer a Vossa Excelência que a forma como está sendo conduzida, que muitas pessoas que não exercem a função de transportadores, têm apenas veículos para sua própria utilização, acabam tendo que contribuir para um sindicato que eles não irão usufruir.

Portanto, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer o assunto aqui ao Plenário de dizer que estarei acompanhando de perto e me somando ao pensamento que Vossa Excelência acaba de expor da tribuna, perante o Plenário.

Muito obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON

Obrigado pelo aparte, Deputado Takayama, que participou conosco, hoje pela manhã, onde tivemos, sem dúvida uma participação, e sem dúvida o apoio dos Deputados desta Casa, já que, na verdade, nós temos conhecimento de vários Deputados que receberam a mesma solicitação e muitos deles, usando os meios de comunicação realmente estão ajudando para que haja uma conscientização e, acima de tudo, uma discussão, para o bem desta categoria.

Evidentemente, nós frisamos hoje pela manhã, em nenhum momento fomos contra a cobrança de taxa, desde que ela seja legítima para a categoria para a qual foi criada. Isso nos coloca numa situação permanente de vigília, para que o sindicato reveja a sua postura de ação para que não tenhamos a continuidade desta pressão colocando gente humilde e que indevidamente acaba tendo que contribuir. E, pior que isso, acaba tendo que contratar advogado, paga elevados custos para questionar e debater perante a Justiça para provar que ele não é legítimo para aquela contribuição que está sendo solicitada.

Com o aparte Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Strapasson, quero também cumprimentar Vossa Excelência por trazer este assunto à discussão do Plenário, depois de termos passado toda a manhã discutindo nas dependências do Plenário da Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência tem razão quando coloca a forma de certa maneira um tanto violenta até com que agem

alguns sindicatos, na cobrança dessa contribuição sindical. Sabemos que existem alguns questionamentos a respeito da cobrança da contribuição sindical, nós sabemos que não só neste segmento, transportadores de carga, mas também no segmento da agricultura, muitos são os produtores rurais que têm contestado a cobrança da contribuição sindical.

Me lembro que, junto com o Deputado Hermas Brandão, há uns 3 meses atrás, estivemos na FAEP, conversando com a sua diretoria e organizando reuniões para que um esclarecimento mais aprofundado se fizessem em cima dessa exigência que se faz do pagamento da contribuição sindical.

E, principalmente, neste caso, trazido por Vossa Excelência, de moradores do Município de Colombo, de moradores da região metropolitana, não se trata, efetivamente, de transportadores, mas sim de produtores rurais, agricultores, que possuem o seu pequeno veículo, o seu velho veículo para o serviço da sua própria atividade, da sua própria lavoura. Na realidade são produtores rurais. Então se alguma contribuição sindical a eles devesse ser exigida seria a contribuição sindical à atividade de produtor rural e não de transportador de carga.

Por isso cumprimento Vossa Excelência, em nome do PMDB pela oportunidade de discutir este assunto, no Plenarinho, hoje de manhã e agora à tarde, para conhecimento de todos os Deputados.

O SR. EDSON STRAPASSON

Obrigado, Deputado Pessuti, e aproveitando esta colocação, é importante frisar o princípio da unicidade, porque muitas pessoas que têm veículos no seu nome e estão sendo taxadas hoje como transportadores, sem o serem, na verdade já pagam esta contribuição sindical através da contribuição sindical de produtores agrícolas, de agricultores, que realmente é a profissão base destas comunidades.

Concedo o aparte ao Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Meu caro Deputado Edson Strapasson, hoje pela manhã nós também participávamos desta importante reunião.

Quero ser breve nas minhas colocações, de que esse foi um posicionamento louvável de Vossa Excelência, da Vereadora da comunidade de Colombo, que com certeza, são duas categorias que merecem o nosso respeito.

A do homem do campo, de mãos calejadas, trabalhador e também, do cidadão que transporta o progresso do nosso Estado e do nosso país.

Então vejo que trazendo essa discussão, para a Assembléia Legislativa, nós demos um passo muito importante em defesa dessas duas classes, que merece o nosso respeito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Vossa Excelência está de parabéns.

O SR. EDSON STRAPASSON

Só para concluir Senhor Presidente, nós gostaríamos de finalizar e dizer da importância realmente da classe política da Assembléia Legislativa estar a par e acompanhar esses acontecimentos, porque tivemos a oportunidade de ouvir algumas pessoas dizerem que não adianta envolver isso com política e na verdade, a nós, políticos eleitos pelas comunidades, cabe defender e buscar sempre a justiça social, para que tenhamos realmente maior justiça e defendamos aquilo que é correto.

Então estamos aqui presentes para acompanhar, e perante os sindicatos, é importante fortalecer os sindicatos, mas é importante também ser justo nas cobranças, especialmente nas dificuldades e crise que o País atravessa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

Essa Presidência anuncia com satisfação a presença do Vereador Nereu Dal Lago, Líder do Prefeito de São Mateus do Sul.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

A Segurança Pública do Estado do Paraná, hoje está com novos comandantes.

A Polícia Militar a Polícia Civil do nosso Estado com um novo Diretor.

Não seria da nossa parte e acredito da maioria desta Casa, não reconhecermos que o Comandante daquela guarnição Coronel Lara, prestou relevantes serviços, não só à Corporação do nosso Estado, mas também as Polícias Militares do nosso País.

Basta ver Senhor Presidente, que aquele Coronel foi leito unanimemente, reconduzido, uma vez mais a ser o presidente de todas as Polícias Militares da nossa Nação, como o representante dessa Instituição, em todo o solo pátrio, congregando a si, a responsabilidade de fazer com que a nível nacional, as polícias militares se equiparassem a nossa polícia militar do Estado, que é um exemplo de trabalho, é um exemplo de organização, é um exemplo daquilo que as outras polícias desta Nação tentam se aproximar.

Fatos outros, que levaram a sua exoneração, serão apurados por uma Comissão que ali já foi constituída, e por algum outro meio, que realmente será estendido para verdade ser esclarecida.

Mas, não poderíamos faltar com o dever de reconhecer o trabalho realizado por aquele Militar, como também, Senhores Deputados, queremos deixar registrado nos Anais desta Casa, um voto de agradecimento, enquanto esteve à frente a Diretoria da Polícia Civil, Doutor Nilton Rocha.

Demonstrou toda a sua honestidade, e principalmente a sua organização de fazer com que a Polícia Civil, se aproximasse mais do cidadão e procurasse dar maior tranquilidade ao nosso Estado, e a nossa Capital.

Razões outras alheias à sua vontade, por falta de meios e recursos, não conseguiu implantar aquilo que o Nilton Rocha, no início da sua posse, da sua gestão, queria oferecer à Polícia Civil deste Estado.

Queremos também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, enaltecer as figuras escolhidas, tanto do Coronel Guaraci, que irá comandar a Polícia Militar, uma pessoa que realmente dará continuidade a esse exemplo a ser seguido e ser oferecido como uma das melhores polícias militares desse Estado.

E desejamos a ele, nos colocamos a sua disposição para que ele possa realmente dar ao Paraná e a Polícia Militar, a condição pela qual desejamos o seu sucesso.

Ainda, ao Doutor Noronha, que conhecemos devido a sua capacidade e a sua operosidade pelos cargos que ocupou, terá a incumbência na Diretoria da Polícia Civil e, também dar a continuidade desejada, da tranquilidade e segurança ao povo do Paraná.

Queremos nesse momento cumprimentar essas duas pessoas e desejar sucesso. Mas queremos também, dizer de que fatos alheios à vontade do Secretário de Segurança Pública do Paraná, Doutor Cândido Martins que teria marcado lá na minha cidade de Ponta Grossa, a entrega de viaturas ao Corpo de Bombeiros, que é um adendo da Polícia Militar do nosso Estado.

Porque foi Ponta Grossa a cidade pioneira, neste Paraná, com a Instituição do Fundo de Equipamento do Corpo de Bombeiro, o conhecido FUNREBOM, aonde outras comunidades se espelharam naquilo que foi criado pela população e administração da nossa Ponta Grossa.

Foi ele o Secretário realmente impedido de lá comparecer na minha cidade para entregar a parte do Governo do Estado, que através de uma parceria com o FUNREBOM.

Porque o FUNREBOM é pago com o dinheiro dos pontagrossenses, com o pequeno, com o médio, com o grande industrial, comerciante ou profissional liberal, que têm o seu escritório, seja ele médico ou advogado ou qualquer outra profissão, ele colabora com o FUNREBOM.

E a nossa região realmente desassistida pelo Governo do Estado no que concerne ao Corpo de Bombeiros, Ponta Grossa tinha que se deslocar as cidades circunvizinhas, quando alguma calamidade, algum incêndio de grandes proporções era reclamada a presença do Corpo de Bombeiros da nossa cidade, que era foi e está sendo mantido pelo povo pontagrossense.

Nós como prefeito daquela cidade tivemos a satisfação de descentralizar o Corpo de Bombeiros da cidade.

Iniciamos o Corpo e Bombeiro, realizamos e construímos da Maria Otília, deixamos projetado Uvaranas, Nova Rússia, Cidade Industrial fazendo com que esta

guarnição, que é o orgulho do Paraná, tivesse Ponta Grossa condição mínima de trabalho.

Nessa parceria o Governo do Estado vem dando a sua parte e estaria entregando alguns caminhões ao nosso Corpo de Bombeiros.

Infelizmente o nosso Secretário não pôde lá comparecer e nós estamos nesse instante, reclamando.

Já que o Secretário não pode ir pessoalmente, ele que mande o equipamento para a nossa cidade, para continuarmos crescendo realmente na assistência daquilo que nós não desejamos a ninguém, num momento aonde o Corpo de Bombeiros entra em ação.

Mas, o que me faz ainda vir a esta tribuna, é com relação à passarela a ser construída, aonde os senhores transitam, pela avenida do contorno mais perto e próximo a churrascaria “papai Cogo”.

Ali, infelizmente pelo destino, as crianças têm que atravessar de um ao outro lado, as duas pistas de rolamento, as pessoas de idade, as famílias que moram em Bom Sucesso, no Jardim Sabará, no Parque do Café, no Santa Luzia, nos bairros que somam aquele quadrante de Ponta Grossa e infelizmente mortes já aconteceram ali naquele local.

O Governador do Estado, através do Secretário Heinz, do Diretor do DER, e do responsável pelo DER de Ponta Grossa, Doutor Ricardo Barros, de um dos últimos acidentes, quando foi interditada aquela pista com mais de mil famílias, interditando a transitabilidade dos veículos, ali ele se comprometeu através da presença do Dr. Ricardo Barros e de engenheiros do DER de que a parte do Governo, que era o estudo do solo, que era o oferecimento das vigas, ficando para a Prefeitura as cabeceiras da passarela e a passarela metálica a ser assentada em cima da rodovia.

Tudo ia bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tudo ia bem até agora quando houve aquele episódio que já relatamos nesta Casa e que todo o Paraná é testemunha, quando o prefeito cobrava outras promessas do Governador para que fossem cumpridas e houve aquele entrevero.

Ontem, o engenheiro do DER, comunicava à prefeitura que as vigas já prometidas e quase que concluídas no pátio do DER, da minha cidade, não seriam mais entregues para a passarela, para a prefeitura de Ponta Grossa.

O Governador, depois do episódio desse entrevero, e temos gravado e trarei a este Plenário, de que nenhuma retaliação seria feita a Ponta Grossa e à região e parece, Senhor Presidente, que estaremos nesta tribuna, cobrando do Senhor Governador, retaliação não, ao povo, à cidade e à região e ao Paraná que ali transita.

Estou entrando com um requerimento Senhor Presidente e Senhores Deputados, perguntando oficialmente ao Governador, ao Secretário de Transportes, ao Diretor do DER e ao responsável de Ponta Grossa que é o Dr. Ricardo Barros, se as vigas comprometidas naquele

acordo feito perante mil famílias vai ser cumprido ou não tem palavra e não tem vergonha o Governo?

Estaremos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aqui nesta tribuna, defendendo a cidade, os convênios, defendendo as parcerias, porque acreditamos que o Governador não irá descer a tão baixo nível de fazer com que a população e que a região seja penalizada.

Concedo aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Caro Deputado Luiz Carlos Zuk, inicialmente quero cumprimentá-lo pela brilhante defesa que o senhor tem feito na tribuna desta Casa, não só em defesa da Cidade de Ponta Grossa, dos Campos Gerais, mas também em defesa dos interesses do povo paranaense.

O senhor realmente tem brilhado nesta tribuna e queremos registrar o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento por essa postura firme que precisamos, de parlamentares independentes dessa Casa.

Gostaria de comunicar oficialmente que na tarde de ontem, em reunião com a Bancada de Oposição, decidimos por unanimidade, entregar-lhe um ofício para que o senhor venha integrar oficialmente a Bancada de Oposição, aumentando de treze Deputados para quatorze Deputados, com a participação de Deputados do PMDB, do PDT, do PSDB e do PT.

Teremos a maior honra em contar com a sua presença todas as terças-feiras, quando faremos às 11 horas da manhã, a reunião da Bancada das Oposições e provisoriamente aqui no gabinete da Bancada do PMDB.

Logo após termos então o nosso Gabinete para podermos realizar as nossas reuniões. É desejo de toda a Bancada a sua participação, é desejo meu pessoal e o meu agradecimento antecipado que tenho certeza que Vossa Excelência, aceitará, esse convite, de pronto.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do Deputado Edgar Bueno e estaremos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, somando-nos aos interesses do nosso Estado, oferecendo a este Paraná as soluções que realmente venham de encontro aos anseios populares. Estaremos juntos não só na Oposição mas na construção, na verdade, deste Paraná, para que não haja discriminação, retaliação. Porque falar é uma coisa e agir é outra bem diferente. E estaremos, Senhor Presidente e Senhor Líder do Governo,

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Estou com meu tempo esgotado. Fica para uma outra oportunidade.

Mas, queremos dizer que estaremos tantas vezes quantas forem necessárias, neste Parlamento, cobrando a

palavra, os atos e principalmente os compromissos do Governo, não com Ponta Grossa e nem com a Região dos Campos Gerais. O compromisso com o Paraná.

Achamos, Senhor Presidente, que o senhor quando assumiu aqui, neste Plenário, a condição de Presidente deste Poder Legislativo, o senhor o fez e continua no desempenho da sua função, sendo Presidente dos 53 Deputados. Indistintamente: quem votou no Nelson Justus e quem não votou! O senhor tem dado mostra do que é, realmente, ser uma pessoa de índole inatacável. E o Governador do Paraná tem que ser indistinto, indistinto a qualquer quadrante do Estado: seja o Norte, seja o Sul, seja o Oeste ou seja a nossa Região dos Campos Gerais. Ele é Governador do Paraná e não é Governador só daqueles que lhe dão condições ou sustentação política.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Gostaria permissão para fazer um registro que é importante para nós, nesta tarde de hoje, é a presença de uma pessoa importante para um companheiro nosso, um colega nosso do Parlamento, mas importante para nós todos. Tomo a liberdade de registrar a presença em Plenário do pai do Deputado Nereu Moura, que está aqui na tribuna de honra assistindo a nossa sessão. Gostaria que Vossa Excelência, em nome de todos os Deputados, fizesse esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo à Casa. E, aliás, o Sr. Moura vai ter a oportunidade de ouvir da tribuna seu filho, até porque ele é o próximo orador inscrito.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente. A Justiça tarda mas não falha, diz um velho adágio popular. Há tempos ouvimos aqui, na Assembléia, lá, daquela tribuna, uma manifestação, do eminente Deputado Pastor Edson. E acompanhamos através da imprensa e através do seu depoimento, todo o desenrolar dos fatos envolvendo a adoção de duas crianças. De logo, Senhor Presidente, nos colocamos do lado do Deputado Edson porque quando o conhecemos percebemos que se tratava de uma pessoa de boa índole, de bom caráter e que jamais, em momento algum na nossa avaliação, teria coragem de praticar um ato que não fosse honrado.

Mas acompanhamos o desenrolar dos fatos e isto, com certeza, deve ter causado um trauma muito grande não só ao Deputado Edson e a seus familiares, mas, também, a todos seus amigos. E olhando os jornais, Senhor Presidente, na semana passada, uma fato me chamou a atenção.

Os pais biológicos dos filhos adotados pelo Deputado Pastor Edson, envolvidos com um problema com a polícia e aquilo fez eu rememorar o discurso do pastor Edson, quando ele justificava a adoção, daquela tribuna,

e como se fosse um filme passando na minha cabeça, eu lembrava do seu discurso e acabava de confirmar dentro do meu coração as verdades nas suas palavras.

Os jornais da capital do estado, todas diziam no dia 28 de outubro, o seguinte:

“Uma briga doméstica causada por ciúmes provocou a detenção por cerca de 11 horas, do operário Natálio F. e da dona de casa Maria Taborda de Maia, pais biológicos do casal de gêmeos adotados ilegalmente, segundo o jornal, pelo Deputado Pastor Edson. Natálio e a mulher dormiram na cadeia de Campo Largo, de sábado para domingo, depois de Marisa ter chamado a polícia militar. Às 10:00 horas de domingo os dois foram liberados. Segundo o Delegado Osmar Antonio, de Campo Largo, Natálio teria agredido a mulher ao chegar em casa bêbado, e na frente das crianças. Ele dizia em alto e bom tom que ela o havia traído, contou o Delegado. O Delegado não indiciou o operário, apesar das agressões, para o Delegado não houve crime nenhum.

Senhor Presidente, apenas faço essa constatação para ressaltar o procedimento e a conduta do Deputado Edson, que numa postura humana adotou duas crianças para se tornarem seus filhos, e talvez no afã de poder proteger aquelas duas pessoas que abandonadas estavam, deixou de cumprir a sistemática que a lei prevê na adoção, alguns dos pontos que a lei prevê, na adoção de uma criança, mas isso não dá na verdade, as pessoas que tentam jogar acusações levianas tentando manchar a conduta, a honra e a dignidade de uma pessoa que aqui neste parlamento, com muita honra defende parte da população do Paraná.

Quero então, em meu nome pessoal, Senhor Presidente, quer na vez anterior eu não tinha usado da palavra para aqui enaltecer a atitude nobre do Deputado Edson, e dizer que ele tinha razão, e que as pessoas que estavam o envolvendo naquele episódio, na verdade, carecem de seriedade, carecem de responsabilidade para poder induzir o Deputado Edson numa outra situação que não seja a da dignidade e da honradez.

Fique registrado, Senhor Presidente, este meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia a presença do Vereador de Verê, Antonio da Costa, seja bem-vindo a esta Casa, bem como do Prefeito Miguel Orbran, do Município de Palmital.

Quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Inicialmente também, a nossa satisfação de poder receber a visita hoje em nosso Plenário do Sr. Cícero Moura, pessoa que há muito tempo conhecemos e admi-

ramos, e que com a sua presença no dia de hoje nos traz uma alegria redobrada, porque sabemos dos problemas de saúde que o Senhor Cícero enfrentou há alguns meses atrás, e hoje em chegando aqui todo, vamos dizer assim, eufórico, descontraído, nos dá certeza da sua recuperação, o que muito nos alegra e tenho certeza a todos os seus amigos e familiares.

Senhor Presidente, compareço à tribuna para deixar aqui registrado um fato que está acontecendo no dia de hoje, no Vale do Ivaí, região que temos o privilégio junto com o Deputado Miltinho Puppio e outros parlamentares, de representar nesta Casa.

Desde as primeiras horas da manhã estabeleceu-se o bloqueio da rodovia PR- 82, no trecho compreendido entre a comunidade de Placa Luar, Município de Jardim Alegre, até o trevo de acesso ao Município de Fênix, passando, evidentemente, esse trecho da rodovia pelas comunidades de Pouso Alegre, Lunardelli e São João do Ivaí. E esse bloqueio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, decorre da total falta de condições de se trafegar por aquela rodovia. Uma rodovia estadual que a cada dia que passa mais destruída se apresenta, mais buracos aparecem, sem que o Poder Público estadual, sem que o Governo do Estado do Paraná adote medidas no sentido de solucionar o problema.

No dia 15 próximo passado, em telefonema que fiz à Secretaria dos Transportes, posteriormente ao DER, tive o privilégio de conversar com o Dr. Wilson, que é responsável pelo setor de conservação das rodovias estaduais e, naquele momento, ele me dizia da sua preocupação para com este assunto, da sua preocupação para o estado de abandono também e a presença de buracos na rodovia que liga São João do Ivaí ao Município de Godoy Moreira, para a situação lastimável da rodovia que liga São Pedro do Ivaí a Itambé, e a situação lastimável também da Rodovia que liga Cândido de Abreu - Reserva até Posto Paripa, no Município de Tibagi. E fazíamos a ele um apelo, naquela oportunidade, que em caráter emergencial desencadeasse, pelo menos, uma operação tapa-buracos naquelas rodovias, em especial nesta rodovia: Jardim Alegre, Placa Luar, Pouso Alegre, Lunardelli, São João do Ivaí e Trevo de Fênix, porque realmente as condições de tráfego eram nenhuma, e os veículos a cada instante sendo avariados, alguns acidentes provocando prejuízos de grande monta, e infelizmente o que ele nos alegava, naquele momento, é que sequer diesel possuía para abastecer os caminhões do DER para fazer o transporte do lama asfáltica, lá de Campo Mourão, para ser distribuída e fazer a operação tapa-buracos nessa estrada que já mencionamos.

É lamentável e triste que tenhamos que vir aqui na Assembléia para dizer que, hoje, no Vale do Ivaí, desde as primeiras horas, devendo permanecer até às 19 horas este movimento, a rodovia está bloqueada, não se permitindo a passagem de veículos a não ser de ambulâncias, em decorrência de um descaso total do Governo do

Estado com as rodovias estaduais situadas no Vale do Ivaí.

Já disse e repito: a rodovia de São Pedro, Distrito de Marisa e Itambé, estava para ser reconstruída através do programa BIP 4, com licitação feita no Governo Requião, Mário Pereira, homologada a licitação, o Governo Jaime Lerner entrou e essa licitação foi cancelada e até hoje, 5 anos depois, a rodovia não foi reconstruída, está lá num estado de total abandono.

A Rodovia de Cândido de Abreu - Reserva - Posto Paripa, nós aqui, pelo menos, umas 20 vezes, neste Governo Jaime Lerner, ocupamos a tribuna para dizer da lamentável condição de tráfego desta rodovia, noticiando, inclusive, há seis meses atrás um acidente envolvendo um caminhão, uma carreta Scânia e um veículo Gol, onde cinco pessoas morreram, porque a carreta foi desviar do buraco e entrou pela contramão e passou por cima da Gol. Já dissemos aqui da precária condição do trecho da rodovia que liga Pitanga a Iretama, no trecho compeendido entre Pitanga e Rio Muquião. Já dissemos aqui da falta de acostamento entre o trecho principal de Ivaiporã até o trevo principal de Manoel Ribas que também tem locais onde o desnível ultrapassa já 30 centímetros. E agora estamos aqui relatando esta situação das rodovias de Godoy Moreira - São João do Ivaí. E hoje o bloqueio da rodovia que liga Placa Luar - Pouso Alegre - Lunardelli - São João - Trevo de Fênix, pelo total abandono em que se encontram e o Governo nada faz para resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tiago Amorim.

O SR. TIAGO AMORIM

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Cícero Moura, pai do Deputado Nereu Moura, da minha querida Região de Catanduvas, é uma satisfação tê-lo ao nosso lado.

Mas, Senhor Presidente, o que me traz a esta tribuna neste momento, é um caso palpitante e que vem, com certeza, ganhando grande espaço a nível de Brasil.

(Lê):

“Um Debate Oportuno
Tiago de Amorim Novaes

O país discute até com certa veemência a proposta preliminar do ministro José Carlos Dias, da Justiça de ampliar a aplicação de penas alternativas em substituição às de prisão para condenados de baixa periculosidade. Cálculos informais sugerem que, adotada, a proposta tiraria 100 mil brasileiros das prisões. Há estudos internacionais que confirmam serem as penas alternativas mais efetivas que as de prisão, especialmente na questão da reincidência. O Brasil, que tem severos problemas de superlotação dos presídios, não pode deixar de discutir com serenidade essa proposta. As prisões são reconhecidamente - e não apenas no Brasil - escola de crime. Não

há justificativa racional para manter a pena de prisão na suposição de que ela permitirá a ressocialização e a reeducação do preso quando se sabe que isso não ocorre. Além disso, a manutenção dos presídios se constitui numa opção economicamente inviável, tirando dos cofres públicos recursos que vão faltar para outras tarefas da administração.

São esses dois motivos - um relativo à própria idéia da prisão, outro ligado a seu custo para a sociedade - que merecem ser colocados em debate. Os sistemas penais modernos não têm dúvida em relação à eficácia maior das penas pecuniárias e de prestação de serviços comunitários se comparadas com as práticas de excluir os delinquentes da vida em sociedade. A prisão não pode ser considerada como um recurso inevitável para o controle da ocorrência de crimes ou mesmo como alternativa obrigatória para a sociedade punir os criminosos, sem distinção em relação à gravidade das ocorrências.

É pois elogiável a iniciativa do Ministério da Justiça de iniciar formalmente nesta a discussão sobre mudanças no Código Penal, pondo em debate não apenas essa polêmica questão das penas alternativas, mas chamando a atenção da sociedade para toda a legislação criminal. Temas como o do abrandamento das penas com a eliminação da categoria dos crimes hediondos criada pela Constituição de 1988 e a implantação do Código Penal Mínimo tornam-se absolutamente atuais. Em contraposição, é importante que a sociedade discuta todas as implicações contidas no abaixo-assinado, ora em elaboração no país, que propõe a redução para 14 anos da maioria penal. O debate não pode ser colocado em termos de punir mais ou menos, com penas de maior ou menor privação da liberdade”.

Estamos acompanhando atentamente pelos meios de comunicação, recentes medidas tomadas pela Justiça dos Estados, determinando o fechamento de unidades prisionais, em face da superlotação e problemas estruturais.

Aqui no Paraná, especificamente em nossa região, temos como exemplo o fechamento da Delegacia de Polícia de Santa Helena, a qual foi interdita pela Justiça porque a carceragem se encontrava impossibilitada de atender aos requisitos mínimos previstos na Lei de Execução Penal.

Em Curitiba, na última semana, dois distritos policiais foram interditados.

O problema maior é a superlotação, havendo casos em que a população carcerária é superior a cinco vezes a capacidade da carceragem.

É um problema extremamente grave, que os governos têm, buscado soluções, mas a realidade é que, por mais que se esforcem, o problema somente terá uma solução concreta a longo prazo.

Algumas sugestões para a questão são objeto de análise por autoridades da área de segurança.

No Paraná estamos acompanhando as obras das penitenciárias industriais e acreditamos com estas novas instalações vamos ter uma redução nos problemas de

superlotação e é bom salientarmos, Srs. Deputados, que estas medidas de colocar o detento para trabalhar nestas penitenciárias industriais é com certeza uma maneira objetiva de reintegrar o apenado à sociedade, uma vez que o mesmo estará sendo utilizado para desenvolver trabalhos internos, utilizando-se desta forma a sua capacidade em, com certeza, trabalhar e além disto terá uma remuneração específica.

Nós, conversando com o Secretário de Justiça do Estado do Paraná, Dr. José Tavares, nós temos absoluta confiança que esta é uma ação importante do Governo do Estado do Paraná em defesa dos interesses da sociedade paranaense que passa por momentos difíceis até temerosos em relação a superlotações em cadeias no Estado do Paraná.

O Sr. Hidekazu Takayama

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Primeiramente quero agradecer o aparte que vossa Excelência me dá e dizer que acredito que este é o momento mais do que importante, propício, para levantar um dos maiores problemas da nossa sociedade, um dos flagelos, e gostaria de pedir neste momento a participação de todos os Parlamentares, começando pela Presidência da Mesa e todos os demais Deputados aqui presentes, para aprofundarmos esta questão. A situação é muito mais grave do que nós possamos imaginar. Acredito que estamos vendo a ponta de um iceberg, de um gigantesco iceberg. O problema da violência, o problema carcerário, o problema da nossa política carcerária brasileira tem que passar urgentemente, imediatamente por uma revisão e isto deve começar aqui por este Parlamento, em se tratando das questões do Paraná, porque estamos vendo esta questão da segurança pública como uma questão prioritária. Estamos vendo o crescimento da violência. Segundo algumas estatísticas, nobre companheiro Tiago, a maior parte dos crimes hoje tem a participação de menores infratores. Uma grande parcela dos assaltos e dos roubos são feitos, praticados por menores de dezoito anos de idade.

E estamos hoje percebendo que o problema da violência, dessa explosão, dessa convulsão na população carcerária, esta convulsão social provocando como agora esta semana aconteceu na FEBEM em São Paulo, as inúmeras revoltas em diversos presídios mostram o perfil claro, o retrato claro da falência do nosso sistema carcerário.

Meus Deus, não é preciso ser muito inteligente para perceber que alguma coisa tem que ser mudada e tem que ser já, neste momento. Por quê? Porque se a situação persistir nós não sabemos o que vamos deixar como herança para as gerações futuras. Por quê? Estamos vendo que os presídios hoje são maiores escolas do crime, é onde se forjam as grandes quadrilhas, os esquadrões de bandidos, máfias são formadas, por quê? Porque a população carcerária não

tendo uma terapia ocupacional, acabam formando ali por ter o seu tempo vago para pensar em besteiras e bobagens, ficam pensando em como maquirar e sair dali e formar quadrilhas porque são pessoas sem a menor perspectiva de recuperação, porque não adianta só dar prisões para eles, já que são presídio para correções é preciso oferecer a eles uma oportunidade de saída.

Muitos bandidos que acabam saindo da prisão, companheiro Tiago, não sabem para onde vão porque a sociedade os rejeita.

Outra coisa, não tem mão-de-obra especializada., já foram para a prisão porque não tem uma formação educacional, não tem uma formação cultural ou profissional.

Por isso, espero que nesse debate que Vossa Excelência apresenta agora, e que tem sido amplamente abordado também pelo outro companheiro, que é o Deputado Alborghetti, nós possamos direcionar com uma atenção maior para um problema que se não procurarmos as soluções agora terá contornos irreversíveis para as nossas gerações futuras.

O problema da superlotação é uma vergonha, companheiro Tiago, e é hora de aprofundarmos a questão, procurarmos nas fórmulas alternativas, quem sabe até com a questão da iniciativa privada, quem sabe; mas procurar formar profissionais através de terapias ocupacionais, através de trabalhos, através de ensinamentos, através de formação profissional a essa população que está aí carcerária, que não tendo nada o que fazer acabam, pelo contrário, se especializando na criminalidade.

Parabéns a Vossa Excelência, espero que essa não seja a primeira vez que Vossa Excelência ocupe a tribuna para abordar a questão, mas que possa levar adiante uma campanha em que todos nós Deputados possamos participar porque é muito mais grave do que nós possamos imaginar.

Parabéns, Deputado Tiago.

O SR. TIAGO AMORIM

Meu caro Deputado Takayama, muito obrigado pelas palavras, eu encerro desta forma fazendo mais um apelo, para que nós continuemos mais juntos do que nunca dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque a sociedade, com certeza, precisa, merece, e eu tenho absoluta certeza que terá o nosso apoio.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

E agradeço mais uma vez a todos os Deputados pela lealdade, pela sinceridade e pela confiança que dispensaram a minha pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PST, PT, PSB, PFL, PTB, PSL, PSDB, Liderança das Oposições, Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Voltamos à tribuna novamente para tratarmos de um assunto relevante, e de que nos próximos dias nós teremos que debater aqui porque o Governo do Estado do Paraná estará enviando a esta Casa uma mensagem para iniciarmos a solução da capitalização do Instituto de Previdência do Estado.

Mas, como tínhamos falado que voltaríamos a esta tribuna para falar sobre a questão dos servidores, antes de falar sobre a questão dos servidores, Senhor Presidente, e eu vou ficar de olho no relógio para não extrapolar o horário, quero inicialmente cumprimentar o Deputado Nereu Moura, que está com o seu pai aqui, e certamente a lembrança de ser aqui anunciada pelo Deputado Augustinho Zucchi, veio em hora porque nos traz boas recordações dos nossos pais, que alguns não estão mais aqui, mas certamente quero dizer ao Deputado Nereu Moura que curta o seu pai, e dizer ao pai do Nereu de que ele tem um filho que tem prestado um excelente trabalho nesta Casa, goza de respeito nesta Casa pelo seu trabalho sério; apesar de estarmos em posições opostas nós respeitamos e reconhecemos o trabalho feito aqui pelo Deputado Nereu Moura.

Quero responder com poucas palavras aqui novamente, o Deputado Luiz Carlos Zuk.

Ora, para quem viaja este Paraná e passa por Ponta Grossa e vê às margens da rodovia, o que o Governo do Paraná está levando para aquela cidade, em termos de emprego e industrialização, é algo fantástico.

Sem sombra de dúvida acredito que a cidade de Ponta Grossa é uma das cidades privilegiadas pelo Governador Jaime Lerner. Não vai ser meia dúzia de vigas que vai fazer com que o Governador Jaime Lerner mude a sua postura e o seu relacionamento com o povo de Ponta Grossa.

O Governador Jaime Lerner tem uma atitude acima de qualquer desrespeito que ele sofra por um cidadão desqualificado de exercer o cargo de Prefeito de Ponta Grossa.

Pode o Deputado Carlos Zuk, apesar de ter aqui se pronunciado em termos genéricos, da questão do governador, levar ao povo de Ponta Grossa a certeza que o tratamento de seu povo continuará o mesmo.

E, certamente, muitos municípios do Paraná invejam Ponta Grossa e não é pela capacidade do seu prefeito, é pela capacidade do Governo do Paraná e pelo respeito que ele tem aos Deputados de Ponta Grossa e ao seu povo.

Essas vigas, podem ter certeza, não vão ser o grande problema entre o povo de Ponta Grossa e esse Governador, que respeita aquele povo.

Quero dizer ao Deputado Orlando Pessuti, que cabe ao líder do governo, Vossa Excelência, pode ficar

tranquilo de que levaremos a sua preocupação quanto às rodovias, que Vossa Excelência falou aqui.

Uma questão me preocupou um pouquinho: quando Vossa Excelência diz que a concorrência foi feita no Governo Requião e aí veio o Governador Jaime Lerner e parou com a rodovia.

É verdade. Porque se é uma coisa que o Governo Requião foi campeão, foi de fazer licitações de estradas no final do governo e nem iniciar a estrada. Estes dias inauguramos uma que ele tinha iniciado, a Estrada Coronel Vivida - Honório Cerpa, junto com o Governador Jaime Lerner. Mas aquela estrada também foi uma das centenas de estradas licitadas. Porque licitar obras no Estado, qualquer governante licita. Executar é que depende de competência e de condições financeiras.

Senhor Presidente, gostaria de fazer um pedido todo especial, inclusive, não farei o meu pronunciamento sobre a questão previdenciária no dia de hoje, porque já falo há cinco minutos e este é um assunto importante. Certamente ele vai gerar aqui um debate e este poderá acrescentar em muito, para o desenvolvimento desta questão e para a solução deste problema. Chegou a esta Casa a Mensagem do Governo, que se refere aos recursos hídricos. É um projeto de suma importância. Gostaria de requerer de Vossa Excelência que fosse encaminhado, aqui, uma cópia deste projeto a todos os Deputados. Teremos uma semana cheia de feriados, onde eles poderão estudar o projeto, a mensagem original do governo, para que os Deputados possam - a partir da próxima semana, traremos a esta Casa o Secretário Salomão - discutir esta questão.

O objetivo do Governo do Estado com o envio dessa mensagem, Senhor Presidente, é apenas resguardar os interesses dos paranaenses. Hoje já temos uma lei federal e se o Estado do Paraná não aprovar uma regulamentação própria, debatida com a sociedade do Paraná, seremos regidos pela lei federal. Certamente teremos mais competência, se trouxermos esta questão para o bojo da sociedade, para que possamos discutí-la, aperfeiçoar o projeto do Governo e fazer uma regulamentação que venha de encontro aos interesses do Paraná e que nós, paranaenses, possamos cuidar dos recursos hídricos do Estado do Paraná. Porque tenho procurado estudar esta questão dos recursos hídricos, o Deputado Algaci Tulio se aprofundou nesta questão, vários parlamentares, e eu poderia classificar este projeto, o seu objetivo principal é resguardar os interesses dos pequenos usuários de água do Estado do Paraná.

Porque se não regulamentarmos seremos regidos por uma lei federal e certamente a lei federal não resguarda e não tem a qualidade que podemos dar a esta lei aqui, se pudermos discutir e debater, sem nenhuma questão de princípio ideológico ou de questão partidária.

Com o aparte o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Rossoni, creio que este projeto extrapola a questão partidária e até mesmo ideológica, atinge até os ecologistas e pessoas mais interessadas com o desenvolvimento, não importando a questão de rios. Mas é um assunto que folgo em saber que Vossa Excelência propõe em promover um amplo debate, e poderá ser um grande momento da Assembléia Legislativa, inclusive, trazendo entidades ambientalistas, entidades de produtores, entidades de empresários, entidades agrícolas, para que façamos uma discussão profunda e possa sair daqui com uma lei justa.

Vossa Excelência coloca um fato que é verdadeiro, há uma lei federal, se não tivermos uma lei estadual, estaremos subordinados à lei federal. O que importa é que nós, como Estado federativo, venhamos exercer a nossa competência de podermos legislar concorrentemente sobre o assunto e fazermos uma lei que ajude a pequena propriedade e ao mesmo tempo proteja o meio ambiente.

O meu aparte é rápido, apenas para dizer que, neste instante eu parabeno V.Exa. quando sinto que V.Exa. está disposto a promover um amplo debate. Que a Assembléia se engrandeça com isso, que convoque, no Plenarinho as Comissões de Ecologia, de Meio Ambiente, de Finanças, por que não, todas as comissões necessárias para que a gente possa realmente ter um retrato da situação do Paraná e possa fazer uma lei que não prejudique o pequeno proprietário, o pequeno e médio empresários, o industrial e, ao mesmo tempo, possamos nos adequar à lei federal de defesa do meio ambiente que é uma necessidade no Brasil hoje.

O Sr. Valdir Rossoni

Cumprimento pelo aparte, Deputado Caíto e V.Exa. poderá contribuir e muito. Se usarmos aqui as experiências que temos do conhecimento que tem o Orlando Pessuti, do interior do Paraná e vários Deputados que são formados em várias áreas e fazemos aqui uma lei que venha proteger o futuro deste estado na questão das águas. Porque a intenção do Governo, na verdade é esta, a intenção da lei, na verdade é esta, nós, de forma nenhuma queremos introduzir este projeto ou aprovar esta mensagem para cobrar dos pequenos agricultores. Não gostaria que esta imagem fosse levada ao interior do Estado, porque ela está distorcida e errada.

Se alguém achar na mensagem do Governo algo que tenha que ser emendado, nós vamos discutir, vamos achar uma solução para que melhor possamos atender as pessoas que usam a água.

Porque nós temos que compreender, deputado Caíto, Deputado Traiano, Deputado Pessuti, que prestam atenção no meu pronunciamento, que nós temos várias questões a serem inseridas neste projeto. E nós sabemos que temos, no Estado do Paraná, pessoas que tratam a sua lavoura, têm a sua lavoura com irrigação e usam, em abundância a água. Este uso em abundância da água, claro que ela gera prejuízo ao meio ambiente. O cidadão

que mora pouco abaixo do rio e que capta aquela mesma água que já passou pela lavoura daquela grande irrigação, ele está em prejuízo.

É um cidadão que de repente usa uma mangueira de água, ele não pode ser tratado igual aquele grande irrigador ou da mesma forma aquela grande indústria de papel que usa em grande quantidade a água e que polui. Está sendo tratado igual aquele cidadão que usa a água para a sua propriedade.

Então todas essas questões têm que ser resguardada nessa lei.

Não vou dar o aparte se me permitirem, porque já estou com o horário extrapolado e de forma nenhuma quero romper o Regimento.

Apóio a atitude do Presidente, quando quer cumprir o Regimento. Acho que nós poderemos na próxima sessão, eu até peço ao presidente que me inscreva no grande Expediente. E eu voltarei a esta questão que é apaixonante, para que nós possamos começar a discutir, aqui no plenário.

Com as dúvidas e com as questões que queremos trabalhar o projeto, que possamos trazer técnicos que tragam as suas experiências e o seu conhecimento técnico.

Agradeço a Vossa Excelência por ter acatado e aceitado mais alguns minutos, só que quero fazer o último registro, que é importante para nós paranaenses e a qual Vossa Excelência merece os cumprimentos da Liderança do Governo.

Vossa Excelência é o grande responsável. Tem uma notícia na Gazeta do Povo, na parte de economia onde diz: "Curitiba tem a segunda menor taxa de desemprego no país". Essa manchete serve a Vossa Excelência, que foi o grande responsável pela industrialização desse Estado e, certamente, já são frutos que estão sendo colhidos pelo Governo Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passarmos à palavra ao Deputado Neivo Beraldin, essa Presidência quer registrar a presença dos Vereadores de Tupansi, Jueci Flores e Carlos Mahuche.

Pela Ordem Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor Presidente, apenas para esclarecimento da Casa, em relação ao projeto dos Recursos Hídricos que acaba de falar o Líder do Governo, que acaba de chegar nessa Casa.

O que ocorre é o seguinte: apresentamos um projeto de lei, que trata sobre a exploração dos recursos naturais. No passado, ainda quando Presidente Anibal Khury, foi aprovado aqui por esta Casa um requerimento anexando a mensagem do Governo ao nosso projeto por precedência e por tratar de um assunto global, do setor meio ambiente.

Agora, o Governo a pouco tempo retirou a Mensagem, agora envia uma nova mensagem.

A Questão de ordem que eu faço é para saber se Vossa Excelência vai fazer o requerimento anteriormente aprovado nesta Casa ou se nós teremos que aprovar um novo requerimento para anexar a este Projeto, visto que o nosso versa sobre o mesmo assunto e tem a precedência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Procede a Questão de Ordem, realmente recordo-me muito bem desse episódio.

O que é importante ressaltar é que estamos tratando agora de uma nova Mensagem do Governo.

Portanto, caberia a Vossa Excelência, um novo requerimento para que fosse anexo a essa nova Mensagem e aí sim, o Plenário decidiria novamente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 388/999, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de CEAD - Polo Potty Lazarotto, o atual CEAD - Polo Curitiba. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 395/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica "O Bom Samaritano", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 479/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Astorga. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 157/99, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros, que exclui dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro

de 1992, as empresas que pratiquem ações econômicas danosas aos produtores paranaenses. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2261 de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 157/99, constante da presente Ordem do Dia desta Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 157/99 por 10 (dez) sessões

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLNÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 210/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo vetar a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas Rodovias Estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma do substitutivo geral, rejeitando às emendas de Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 210/99

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, proibido de contratar a prestação de serviço de empresas privadas que tenham por finalidade, exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais.

§ 1º - É vedada a participação de empresas privadas no produto da arrecadação de multas registradas por excesso de velocidade nas estradas estaduais, inclusive as concessionadas.

§ 2º - A fiscalização que trata o *caput* deste artigo, somente será realizada, com veículos oficiais caracterizados, pelo agente da autoridade de trânsito ou pela Polícia Rodoviária Estadual.

Art. 2º - Os condutores de veículos que trafegarem com excesso de velocidade infringindo as normas de

trânsito, deverão ser interceptados pela Polícia Rodoviária e ou autoridade de trânsito.

Art. 3º - Ficam suspensas a partir da publicação desta lei, os serviços contratos entre a administração direta ou indireta e empresas privadas que estejam realizando a fiscalização de velocidade, devendo o Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, rescindir ou adequar os contratos para o fiel cumprimento do disposto.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 210/99 de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães e Augustinho Zucchi, devidamente aprovada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA AO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 210/99**

Parágrafo Único - Ficam suprimidas as palavras “ou adequar”, do Artigo do 3º da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 210/99.

Sala das Sessões, em 13.10.99.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES E
AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Tiago de Amorim Novaes, Fernando Ribas Carli,
Tony Garcia, Moysés Leônidas.
Em votação.

Há uma emenda firmada por vários Deputados: Tony Garcia, Plauto Miró, Augustinho Zucchi e Tiago Amorim.

A Mesa deixa de receber a emenda, uma vez que o projeto está em fase de votação. Não cabe a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, entendo que a emenda, até porque conversei com o Deputado Tony Garcia e havíamos conversado com alguns Parlamentares, é uma emenda que Vossa Excelência deixa de receber, porque o projeto está em fase de votação, embora no Avulso conste “em discussão”, mas sabemos que o projeto já esteve em 2ª discussão de Plenário e recebeu emendas. Só por uma questão regimental que Vossa Excelência deixou de receber.

Por essa razão, gostaria que o Deputado Leônidas ou o Deputado Amaral esclarecesse melhor a este

Plenário, o inteiro teor do Artigo 3º, quando diz: “rescindir ou adequar os contratos”. Todos estamos entendendo e este foi o encaminhamento que o Deputado Durval Amaral colocou em seus pronunciamentos, tanto aqui como na C.C.J., como todos os Parlamentares, que deveríamos coibir e impedir essa terceirização. Deveríamos rescindir esses contratos e quando aqui aparece “rescindir ou adequar”, a mim parece que quando diz “adequar os contratos”, não significa a rescisão.

Então, esses contratos “adequados” continuarão prevalecendo? Essa é a dúvida que tínhamos e que fomos informados pelo Deputado Tony que seria corrigido isso através da emenda que, regimentalmente, não pôde ser acatada por Vossa Excelência.

Gostaria de esclarecimentos maiores a respeito, porque da forma como está, pessoalmente, não tenho a posição da Bancada, mas pessoalmente votarei contrário, em favor do projeto original, que é um projeto que estabelece o fim da terceirização.

Essa palavra me leva a imaginar que, em permanecendo as palavras “adequar os contratos”, significa que a rescisão poderá não acontecer.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, especialmente, Deputado Pessuti, fui o relator e apresentei a emenda fazendo essa alteração e é evidente que para conseguirmos acabar de vez com esse caçaníquel que tinha se constituído das multas terceirizadas no Paraná e não há necessidade de voltar a esse assunto aqui que muitos dos companheiros já trouxeram aqui e cada um representando a sua região, tem sentido cada Deputado o clamor popular, tivemos que fazer essa alteração e transigir alguma coisa com o Governo, porque senão, não sairia.

A preocupação do Deputado Pessuti tem procedência, em parte, na medida em que a emenda coloca que “fica vedado definitivamente ao Governo do Estado do Paraná a terceirização das multas”. Esta adequação e “adequar” foi até imposta pelo próprio Departamento de Estradas de Rodagem - o DER, para que o DER tenha também oportunidade de fazer esse policiamento, não só a Polícia Rodoviária do Estado. Porque o DER também, na sua própria constituição, ele pode fazer esse tipo de fiscalização.

Então, acho que foi um avanço, a Assembléia vai aprovar dessa e vai receber, por certo, o reconhecimento da população. E aqui há que se elogiar a atitude do próprio governo que, falando no projeto do Deputado Durval Amaral - que teve a lucidez de fazer a apresentação, mesmo tentando adequar, o Governo tem o seu mérito na medida em que aceitou e acatou o clamor popular. Agora, não podemos, definitivamente, também, acabar de vez com a atividade que é desempenhada, Senhor Presidente, pelo próprio Departamento de Estradas de Rodagem. Acho que o DER tem que continuar também. Porque a Constituição nossa do Estado diz: “é vedado ao Estado,

quando aparelhado para exercer o serviço, a população faça a terceirização”. Que era o que estava fazendo.

Então, espero que fique aparentemente esclarecido e acho que a oportunidade é muito boa de aprovarmos, agora, para que o Governo sancione o mais rápido possível, porque vem aí o período de férias e aquele cidadão que guardou um pouquinho de dinheiro, já não vamos falar nem dos que dependem da estrada, para fazer suas férias, do jeito que está se tiver uma multa na ida e outra na volta, acabou o ano 2000 para ele!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, consulto inicialmente a Mesa sobre a possibilidade de uma emenda de redação, coisa que o valha, para que possamos restabelecer este projeto, Deputado Leônidas. Acho que a lei tinha que ser lida como um todo. Estou enxergando aqui, uma grande contradição. Estamos dizendo, no art. 1º: “é vedada a participação de empresas privadas no produto da arrecadação de multas registradas por excesso de velocidade”. É vedada. Todos sabemos que existe um contrato já firmado com empresas que estavam a exercer esse tipo de atividade nas nossas rodovias.

Bom, se existia um contrato permitindo que essas empresas o fizessem, fazemos uma emenda na C.C.J., dizendo o seguinte: “ficam suspensas, a partir da publicação desta lei, o serviço de contrato entre a administração direta e indireta que estejam realizando a fiscalização de velocidade, devendo o Poder Executivo, no prazo de 60 dias, rescindir ou adequar o contrato”.

Ora, quem está proibindo a terceirização, não tem nada que readequar o contrato, porque o contrato é de terceirização. Não confere o que diz o Deputado Leônidas, que tira a atribuição do DER. Pelo contrário, restitui ao DER a atividade de fiscalização das rodovias estaduais! Como que vai readequar um contrato, sendo que o objetivo da lei é exatamente não permitir a existência desse contrato de terceirização.

Esta Assembléia, Senhor Presidente, aí fica a minha consulta, precisa ver através da assessoria da Mesa, qual a forma que temos ou para tirar de votação esse projeto e discutí-lo com mais profundidade, ou adiarmos essa votação, pura e simplesmente, para que não venhamos a fazer uma lei que não se aplica na prática. Não consigo ver um contrato de terceirização, daqui há pouco, num prazo de 60 dias, readequá-lo. Readequar do quê? O contrato é proibido, o DER que faz, o DER que faz a fiscalização. Se há aluguel de equipamento, isso é outra história. Agora, readequar um contrato que no art. 1º está proibido e no último artigo está pedindo para readequar, é uma incongruência muito grande da Lei que estamos votando. Não podemos permitir que isso aconteça.

Então, sugiro a Vossa Excelência, se houver impossibilidade de retirar da Ordem do Dia, que seja transferida a votação para outra sessão - que isto é permitido, transferir a votação mas manter na Ordem do Dia, até que em reuniões com os autores e com Lideranças, possamos discutir com mais profundidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

(**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encaminhamos essa emenda, junto com os demais Deputados dessa Casa, preocupados justamente com a situação do Artigo 3º, de onde é claro, encaminhamos atrasados, porque não há mais dentro do Regimento espaço e a hora de indicar a Emenda, mas quero pedir ao autor e ao relator desse substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, para que retire, para que possamos discutir sobre essa situação, para depois retornar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

(**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tenha dúvida de que o nosso processo legislativo vai precisar cada vez mais de aprimoramento. Para que fatos como esse, não venham acontecer e depois não saibamos como revisar, mesmo corrigir as falhas possíveis que acontece com o caso do Artigo 3º.

Ora! Deputado Caíto Quintana expôs com propriedade, existem os contratos, criamos uma lei por vontade da Assembléia, para impedir que ocorram esses contratos que continuem acontecendo. E, agora no próprio artigo, estamos permitindo uma adequação.

Ora! O que é adequação? Para adequar precisamos de uma base. E a base é o contrato que já tem, que estamos negando esses contratos e o direito a existência desses contratos com as empresas.

Então, evidentemente, falta a fundamentação do essencial, porque em cima estamos negando, e em baixo estamos permitindo que possa no futuro após ter a readequação. Evidentemente, que essa Casa não tem condições de votar. Se colocar em votação, mesmo que seja um projeto do qual defendo, sou obrigado a votar contrário, porque isto vai trazer dificuldades lá na frente e esta Casa mostra que tem um peso e duas medidas, que um só artigo permite coisas díspares. Essa é a questão.

Muito obrigado.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Só queria apelar a V. Exa., no sentido de retirar esse Projeto, para que possamos corrigir, porque ao contrário, estaremos numa situação difícil ou votamos contra o projeto, derrubando o projeto, ou votamos aqui algo, que realmente é complicado.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

O objetivo pelo qual apresentamos esse projeto de lei a essa Casa, ainda no primeiro semestre, era um objetivo bem claro que está plenamente alcançado. O objetivo de proibir a terceirização, da fiscalização dos serviços de multas nas rodovias do Estado do Paraná. Não há sequer nenhuma dúvida sobre a proibição da terceirização do serviço de multas da fiscalização nas nossas rodovias. Isto está claro e cristalino em todas as letras do projeto.

Se não vejamos! “Está terminantemente proibido a contratação e a prestação de serviços ou empresas privadas que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização de trânsito em rodovias estaduais. Isto é cristalino no artigo 1º do projeto de lei em votação. Alcançamos mais no § 2º: que é proibido a participação de qualquer empresa privada na arrecadação das multas.” Por quê? Como ocorria anteriormente as empresas ganhavam 29,90 centavos, por multa lavrada no Estado do Paraná, havendo contrato entre as partes, com limitador no total do pagamento dessas multas.

Pois bem! Está proibido terminantemente qualquer empresa ter participação na arrecadação de multas, 3º: “é obrigatória a participação e os serviços serem realizados pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, ou pelo Agente de autoridade de trânsito, que são os funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná”. Mais um avanço, com uma conquista. Está obrigatório nesse projeto de lei a interceptação de todos os condutores de veículos que cometem qualquer infração por excesso de velocidade, a interceptação dos condutores pela polícia rodoviária estadual.

Os avanços que todos nós, a Assembléia e a sociedade do Paraná buscava estão plenamente alcançados. O Governo por sua vez, que a todo o momento não aceitava o projeto como foi colocado, e está neste momento aceitando através de uma negociação exaustiva, porque isto trará para o custeio do Departamento de Estradas de Rodagem do nosso Estado prejuízos sensíveis, porque a fonte arrecadadora das multas, da indústria das multas está sendo checada, a teta está sendo checada, pelo discernimento da maioria absoluta, tenho certeza, dos Deputados desta Casa.

Agora, é preciso e a democracia impõe isto, transigir. Pois bem, como condição *sine qua non*, por parte da sanção governamental imposta pelo Departamento de Estradas de Rodagem, colocamos a palavra “rescisão”, conseguimos mais antes ainda da rescisão, faz mais de 60 dias que nenhum dos Deputados que viajam com devoção todos os finais de semana, pelo interior, não encontram mais aqueles carrinhos descar-

acterizados, escondidos atrás da moita, ou escondidos atrás da placa fiscalização. Isto aconteceu em função do que Senhor Presidente? Da vontade política desta Casa que não aceitou.

Há mais de 60 dias, a empresa que fazia a terceirização do serviço de multas, Líder Valdir Rossoni, não mais pratica esse serviço no Estado do Paraná, e causa desespero à empresa, porque este projeto se alastra por todo o Brasil.

Pois bem, uma condição, pediram a palavra onde colocamos a suspensão em 60 dias e a rescisão do contrato ou a adequação do contrato.

Ora, ninguém é obrigado de entender com profundidade o arcabouço jurídico, mas tem uma questão que me causou também estranheza no primeiro momento, quando pediram a palavra “adequação”. Vou dizer agora porque aceitei a palavra adequação, e não entenderam assim os advogados do DER, por sorte da sociedade paranaense. Eles entenderam que poderiam talvez, aproveitando esse dispositivo à palavra “adequar”, aproveitar o contrato de licitação que aí está para transformar a natureza jurídica deste contrato e locar os equipamentos, claro, o direito permite interpretações diversas.

Modestamente, entendo que uma licitação pública feita com o objetivo específico de terceirizar os serviços de fiscalização de multas, com o objetivo de contratar uma empresa, não pode depois de um contrato assinado entre as partes, e o contrato faz lei entre as partes, não pode a autoridade pública, que tem o objetivo de aplicar a lei de ofício, transformar a natureza jurídica de um contrato. Não cabe isso no direito, você não pode pegar um contrato assinado e simplesmente, mesmo que não, com o objetivo de fazer a terceirização do serviço, mas simplesmente locar os equipamentos, não cabe a terceirização, não cabe mudar a natureza jurídica de um contrato. Com toda a certeza, o Tribunal de Contas, a própria sociedade do Paraná, se houver essa intenção deliberada ou a afirmação de que isso poderia ocorrer, com toda a certeza o próprio Tribunal de Contas vai impugnar esse contrato, a própria sociedade poderá entrar inclusive com ação popular contra o ordenador dessa despesa.

Então, vejam bem, a que situação chegamos meu Líder Valdir Rossoni e os nobres Deputados, quando vejo até a posição, se for desta forma se não retirar a palavra não votamos.

Então, é aquela situação é pegar ou largar. Porque o Governo votaria e veta o projeto, se não tiver essa possibilidade aberta.

Se vetar o projeto, volta a Empresa CONSLADEL, volta a terceirização de multas, continua tudo como está, e a Assembléia, efetivamente perde a oportunidade de pôr fim à indústria das multas deste Estado. E se aqui resolvermos votar um projeto e se o projeto cair, da mesma forma volta à empresa CONSLADEL, volta a terceirização de multas, porque os Diretores do DER e, com toda a certeza, o próprio Governo do Estado vai ter alcançado o seu objetivo, que era manter tudo como antes

estava. E vamos perder alguns pontos fundamentais, Pesuti, quais sejam: a proibição da terceirização de multas, a obrigatoriedade da interceptação dos condutores pela Polícia Rodoviária, a não permissão da participação das multas por empresas particulares, ganhando às custas do Governo do Estado.

Então, os avanços são muitos maiores do que algum dissabor que possamos vir a ter.

Por isso, Senhor Presidente, quero encarecer a todos os meus colegas Deputados, se não é a redação a melhor que todos gostaríamos que fosse, é o que no momento foi possível de ser alcançada. E quem vai ganhar com isso, com certeza, absoluta, é a sociedade paranaense neste momento de afirmação da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Tenho a certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que mesmo o projeto não sendo votado, o Governo do Estado não terá coragem de voltar às multas nas estradas. Porque de Ponta Grossa a Curitiba os carros que ali estavam multando pediram proteção policial, porque os caminhoneiros, porque aqueles que eram prejudicados com aquele caça níquel das multas estavam, realmente, encostando os seus caminhões em cima daquele famigerado roubo da multa do Paraná.

Tenho certeza também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se o Governo impõe a esta Casa meios pelos quais não sanciona um projeto de lei, está tentando tirar a autonomia deste Poder fazendo com que aquela ingerência de uma palavra, de um ato ou de alguma coisa seja engulido por todos nós. Temos o direito de veto. Se o Governo não aprovar, esta Casa tem a soberania de derrubar o veto do Governador. Ou por que somos Deputados? Para dizer amém? Nesta Casa, aqui, quem acredita em Papai Noel? Será que o Governo do Estado é o Papai Noel das multas, meu nobre Deputado Durval Amaral? Reconhecemos, Senhor Presidente, que o Governo não terá coragem de continuar com aquele roubo de multas. O Paraná não aceita! Não aceitamos! E não será projeto nenhum. Vamos retirar esta palavra, vamos tirar e dar para o Paraná aquilo que o Paraná merece e que o DER precisa. É uma autonomia administrativa e chega de dizer amém. Chega de se curvar. O cumprimento curvado é para oriental que tem educação mais do que nós. Esta Casa não se curva a ninguém, e é em memória do ex-Presidente Anibal Khury, que não se curvava a nada, que impunha o respeito a esta Casa e que arcava o direito a cada Parlamentar para ser uma família só, não vamos nos curvar para o Governo, adequando uma palavra do seu interesse, da sua vaidade ou da sua imposição.

Esta Casa é altruísta, cada Deputado aqui representa um segmento da sociedade. E da minha parte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vou aceitar imposição alguma de palavra nenhuma. Estou com o

Poder Legislativo. Vamos retirar o projeto, Senhor Presidente. Vou entrar com um requerimento que queria que Vossa Excelência submetesse ao Plenário e peço à assessoria do Mário, que ali está, que elaborasse o documento pedindo a retirada da Ordem do Dia, até que nós, realmente, tenhamos condições para votar aquilo que não é vontade do outro lado, mas que é vontade do povo do Paraná, acabar com esse roubo das multas do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero, antes de qualquer pedido de encaminhamento, deixar bem claro, a partir do momento que nos propormos a seguir o Regimento Interno, não existe a menor possibilidade de adiarmos esta discussão ou transferirmos esta votação para outro dia. O Regimento é claríssimo e sabe o Deputado Caíto Quintana, quem está modificando nosso Regimento Interno, que realmente existem alguns artigos que deveriam ser modificados e este poderia ser um deles, quando se quer, em segunda discussão alterar uma ou outra palavra.

Mas, não cabe aqui, a esta Presidência, a esta altura, abrir um precedente desta natureza, o que seria um absurdo. O que é importante que fique bem claro é que houve efetivamente um avanço extraordinário e estamos votando o substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, elaborado pelo Relator, Deputado Moysés Lêonidas.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero levantar uma questão porque da forma em que está sendo apresentado, principalmente no artigo 3º, o grande beneficiado é a empresa terceirizada que já terceirizou para outra, inclusive. É a terceirização da terceirização.

Então, veja bem, entendo os objetivos e as colocações do Deputado Durval Amaral, senão vejamos, pelos dados que tenho, esta empresa recebe por mês, em média trinta mil reais. O Governo vai adequar e a empresa vai alugar os equipamentos e o aluguel de cada equipamento é de 25 a 28 mil por mês. E, no contrato diz de 10 a 20 equipamentos.

Suponhamos que a empresa, nesta adequação que o Governo vai fazer, alugue para o Governo apenas dez equipamentos: o Governo vai pagar esta empresa, duzentos e cinquenta mil reais, no mínimo, quando hoje ele paga trinta mil reais.

É por isso que a empresa está quieta, é por isso que a empresa silenciou-se. Estes dados são importantes e não podemos neste momento lesar o bolso do consumidor paranaense.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, inicialmente gostaria de pedir a Vossa Excelência que encaminhasse os projetos obedecendo a ordem de dois de cada lado.

Estou observando aqui com atenção, a discussão deste projeto, e não me causa nenhuma preocupação o resultado do projeto, como Líder. Só vejo que tem pessoas aqui trabalhando inicialmente sob suposição e segundo, quando vejo um pronunciamento que se fosse em cima do que estamos discutindo, aí tudo bem, poderíamos discutir o projeto com profundidade como foi feito por alguns Deputados, agora, quando se troca o vocabulário parlamentar como está se trocando, lamento porque isso não engrandece a Casa, isso diminui a Casa.

E, estamos discutindo um projeto de extrema importância cujo objetivo foi a retirada da terceirização das multas no Estado do Paraná. Está garantido isso com a emenda substitutiva. Foi uma ampla negociação.

De repente ouço aqui pronunciamentos que o Governo acredita em Papai Noel, umas palavras que acredito, Senhor Presidente, que não cabe a questão a ser colocada desta forma.

É com mais responsabilidade. e quero dizer mais, o projeto não tem mais condições, Senhor Presidente, de ser corrigido, porque ele veio para esta casa em primeira, foi discutida a sua constitucionalidade, depois veio em segunda, foi a oportunidade das emendas, houve uma ampla negociação.

Se retirarmos o projeto o que vai acontecer? Daqui a trinta dias estaremos aqui com a mesma questão porque este projeto e este substitutivo não podem mais ser mudados.

O discurso pode ser o mais empolgante e o mais convincente possível, mas o projeto não pode mais ser mudado. Ele está em fase de votação, não pode ser retirado.

Agora, o resultado os Deputados é que decidem. Infelizmente é isto o que diz o Regimento.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. EDGAR BUENO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, estou acompanhando neste país e começou pelo Paraná a indústria da terceirização, a indústria da multa para que alguns empresários ganhassem muito dinheiro.

E estamos aqui trabalhando na defesa dos interesses da população, do interesse público e este artigo terceiro ele cria um princípio de ambigüidade, ele mostra dois caminhos. Se existe a palavra rescindir, porque a palavra adequar e readequar?

Não cabe isto. E é uma responsabilidade muito grande para os Senhores Parlamentares permitir a votação, principalmente do artigo 3º.

Não podemos permitir que isto aconteça porque aí o Governo vai ficar na mão dessas empresas que estão terceirizando através do aluguel dos equipamentos. Quando se fala em alugar nós temos que lembrar do princípio de que precisa de uma licitação pública.

E estas duas palavras do artigo 3º cria mecanismos para se usar artimanhas para fazer com que estes

empresários continuem ganhando dinheiro nas costas dos motoristas do Estado do Paraná.

Por isso eu gostaria de pedir e fazer um apelo que esta Casa, através da liderança do Governo e da Bancada de Oposição pudessem negociar para que não fosse votado no mínimo o substitutivo que cria este vício e este vício esta Casa não pode permitir sob o ponto de vista de sermos criticado por todos os paranaenses.

Então, peço e faço um apelo aos Deputados da Bancada do Governo para que corrijam este princípio de dois caminhos. Temos que ser claros, justus. Se vamos acabar com a terceirização das multas temos que realmente não permitir que esta palavra adequar seja votada hoje aqui no artigo 3º.

SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, claro que a Mesa não tem outra alternativa, a não ser manter o projeto em votação, que já está em processo de votação.

O único recurso que cabe neste momento é ou votar ou esvaziamento do Plenário para que não dê quórum à votação deste projeto de lei.

Então, faço uma sugestão, já que há impasse criado, já que há partes interessadas em votar e outras em não votar, que se faça o processo de esvaziamento do Plenário, daqueles que não querem votar e se convoque urgente, imediatamente para a próxima semana aqui a Diretoria do DER, para que venha explicar corretamente a esta Casa a possibilidade de se rescindir, se adequar ou não.

É a proposta que faço, porque é a única jogada que se tem de Plenário neste momento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Até para esclarecer o Deputado Algaci Tulio, foi chamado aqui nesta Casa dez vezes a diretoria e os assessores jurídicos do DER para discutir esta questão. Foi debatido isto aqui muitas e muitas vezes.

Então, só para esclarecer que não é por falta de debate e discussão com o DER que este projeto ou vai ser aprovado ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa esclarece a Vossas Excelências que no caso do esvaziamento do Plenário para derrubada da sessão a matéria voltaria no dia de amanhã, na sessão e amanhã. Portanto, acho que de nada adiantaria esse tipo de recurso nesse instante.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Consulto a Mesa, se votamos e derrubamos o substitutivo que está em processo de votação, num segundo momento será votado o projeto original?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Então, derrubamos o substitutivo e aprovemos o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação.

Os Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da C.C.J. permaneçam como estão.

Está aprovado o Substitutivo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, queiram levantar-se.

Vinte e um Senhores Deputados aprovam o Substitutivo.

Os Deputados que rejeitam o Substitutivo queiram levantar-se.

Dezoito Deputados rejeitam.

Está aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Gostaria, Senhor Presidente, de cumprimentar principalmente a Mesa na pessoa de Vossa Excelência da manutenção do nosso Regimento Interno, que a condução acho que foi perfeita. Segundo, a interpretação eu acho que não foi bem feita, embora o projeto já esteja vencido e aprovado, mas foi um avanço e a Assembléia vai verificar isso com a sanção do projeto por parte do Executivo.

Neste questionamento a Assembléia na seqüência vai poder inclusive até, se não for bom para o povo do Paraná, fazer a adequação. Mas Vossa Excelência está de parabéns pela condução da forma Regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tenho dúvida que esta Casa ficará muito atenta, principalmente à prática no exercício da cobrança das multas nas nossas estradas, disso eu não tenho dúvida. Por isso, eu cumprimento a C.C.J. porque efetivamente houve um avanço.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Justificar**)

Senhor Presidente, oralmente quero requerer e pedir ao Líder do Governo que faremos isso por escrito, e se há transparência há transparência, cópia do contrato firmado pelo DER, ou pelo Estado, ou pela Secretaria, com as empresas que estavam fazendo a fiscalização.

Tenho certeza absoluta que esse contrato era o equipamento e o exercício da vigilância, sacou-se a vigilância permaneceu o equipamento.

Portanto, não há economia para o DER, o DER vai gastar com isso talvez mais do que arrecade, mas isso na seqüência a gente vai ver.

Vamos requerer para poder avaliar e mostrar aqui que nós cometemos um equívoco. Vamos analisar a possibilidade até do contraditório de uma lei inaplicável.

Uma lei que num artigo proíbe a terceirização e num outro permite adequar algo que está proibido no primeiro artigo, que data vênica é um atestado de, no mínimo, a falta de segmentos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para justificar o voto, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Justificar**)

Quero colocar ao Deputado Caíto Quintana que concordo com ele, quando diz que vai apresentar um requerimento, para verificar o que está sendo feito no DER. Não podemos trabalhar sobre hipóteses ou suposições. Isso seria muito importante para que as questões que nós decidíssemos aqui fossem sérias. Essa uma questão polêmica. Foi fruto de um trabalho nosso, para que o governo sancionasse esse projeto. Só foi dessa forma que conseguimos os avanços. Certamente a questão da terceirização já se findou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Rodovia Ozório Alves de Oliveira, a PR-471, entre o trevo da BR-277 até a Cidade de Catanduvas - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustível e lubrificantes, em estabelecimentos de venda a varejo desses produtos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, sendo uma Supressiva e Corretiva de nº 01 e Emenda Modificativa de nº 02, de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni e Nereu Moura, respectivamente, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA E CORRETIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 412/99

Emenda supressiva e corretiva ao Projeto de Lei 412/99, com o objetivo de suprimir do seu texto artigo 3º,

renumerando o seu parágrafo único como artigo 3º e o artigo equivocadamente numerado em duplicidade, como artigo 3º, para artigo 4º, conforme redação a seguir:

“Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Algaci Tulio, Luiz Carlos Alborghetti, Geraldi Cartário, Albanor Gomes, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas, justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 3º, caput, consubstanciada no vício de origem da proposta legislativa, que atribui atividade de natureza administrativa, a órgão da administração pública.

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste projeto de lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar.

A supressão da expressão final do “artigo 3º, revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O parágrafo único do Artigo 3º do Projeto de Lei nº 412/99, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Os estabelecimentos infratores serão autuados, tendo suas atividades suspensas imediatamente até regularização. No caso de reincidência, será aplicada multa de que trata o Artigo 57 e Parágrafo, do Código de Defesa do Consumidor, CDC, sendo que a fixação do montante da multa, terá por base o movimento de venda de combustíveis no período de 90 (noventa) dias que antecederam a constatação da infração.

Sala das Sessões, em 27.10.99.

(aa) NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER E CAÍTO QUINTANA

Encerro a discussão e encaminho novamente à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Nova Aurora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná - FEAPPAR, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Esta Presidência aproveita a oportunidade para registrar a presença do prefeito Jairo Genoto, de Maringá. Seja bem-vindo a esta Casa.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2264 a 2272, de autoria do Senhor Deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2254, de autoria dos Senhores Deputados Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2255, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2256, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2258, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2259 e 2260, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2262, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2263, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2257, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 187, 480, 488 e 509/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 438, 461 e 469/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 079, 133, 268, 457 e 507/99.

Levanta-se a sessão.